



# Anais da Assembléia

Nº 065

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 06 DE JUNHO DE 1991

ANO XVII

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 53.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 1991

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rossoni e Toti Colaço (43). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio, Albino Corazza, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Hermas Brandão, José Tavares, Nilton César, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur e Severino Félix (10). Achando-se em licença o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Curitiba, 06 de junho de 1991.

Of. nº 259/91-GP

Senhor Presidente:

Respeitosamente venho justificar minha ausência na sessão plenária desta data, por estar sendo recebido no mesmo horário em audiência com o Senhor Governador do Estado do Paraná, Dr. Roberto Requião, no Palácio Iguazu.

Certo da sua proverbial compreensão, antecipo-lhe votos de agradecimento, renovando os meus protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

(a) Deputado ALGACI TÚLIO  
Vice-Presidente do  
Poder Legislativo

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Ata será lida na segunda-feira.

Encontram-se no Salão Nobre desta Casa os Senhores Secretários de Finanças e do Planejamento. Convido os Senhores Deputados Dr. Rosinha, Colombino Grassano e Alceu Swarowski para introduzirem até a Mesa os Senhores Secretários.

Suspendo a sessão por 5 minutos.

(É suspensa a sessão).

(Está reaberta a sessão).

Encontram-se já na Mesa os Senhores Carlos Arthur de Passos, DD. Secretário do Planejamento e Heron Arzuza, DD. Secretário da Fazenda.

Conforme dispõe o Regimento Interno, a Assembléia está reunida em Comissão Geral (art. 98).

Esta Presidência, para cumprir o que determina o Regimento Interno, esclarece ao Plenário que:

1º - O Senhor Secretário de Estado poderá falar até 30 minutos, prorrogáveis por mais 15 minutos pelo Plenário, só podendo ser aparteado durante a prorrogação;

2º - Encerrada a exposição do Senhor Secretário de Estado, poderão ser formuladas interpelações pelos Senhores Deputados que se inscreverem previamente, não podendo cada um fazê-lo por mais de 5 minutos;

3º - Para responder a cada interpelação o Senhor Secretário terá o mesmo tempo que o Deputado teve para formular;

4º - Serão permitidas a réplica e a tréplica pelo prazo de 3 minutos improrrogáveis;

5º - É lícito aos Líderes, após o término dos debates, usar da palavra por 5 minutos, sem apartes".

Esta Presidência concede a palavra ao Dr. Carlos Arthur de Passos e, para melhor esclarecimento às interpelações, poderá fazê-la aqui da Mesa.

Concedo a palavra ao Dr. Carlos Arthur de Passos, Secretário do Planejamento.

O SR. CARLOS ARTHUR K. PASSOS - Nobre Deputado Anibal Khury, Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná; demais Deputados da Mesa; Senhores Deputados.

Agradecemos o convite que nos foi efetuado pelo Presidente da Assembléia e pelo Deputado Orlando Pessuti, para aqui comparecermos trazendo algumas informações e o posicionamento do Poder Executivo, a respeito da Lei de Diretrizes Orçamentárias, com vistas ao exercício de 1992.

Esta Mensagem visa, conforme as normas

constitucionais vigentes, definir um padrão de prioridades governamentais, que votados pela Assembléia Legislativa e sancionados pelo Governador, orientarão as equipes governamentais, notadamente na área da programação e da coordenação geral, na área orçamentária e financeira do Governo, afim de que as demais Secretarias, fins de Governo, possam realizar a sua programação de ações, de obras, de atividades, em benefício da população paranaense, de acordo com estas orientações centrais, que emanaram, portanto, destas diretrizes orçamentárias.

Como é do conhecimento dos Senhores Deputados, este é um ano atípico. Todo o ano em que inicia-se um processo de gestão governamental, com a posse de um novo Executivo, a Lei de Diretrizes Orçamentárias encaminha um conjunto de normas que não incorporam, evidentemente, as prioridades de Governo, que virão, não obstante, acompanhadas junto com o Orçamento Anual do ano que vem, virá junto em setembro, acompanhado do Plano Plurianual de Governo. Isto é uma norma resultante do estabelecimento pela Constituição. E, portanto, a Mensagem que nós encaminhamos para o exame dos Senhores Deputados, traz no seu bojo um conjunto de diretrizes que visam regulamentar de antemão pelo Poder Legislativo, uma série de definições, de caminhos, de procedimentos e de normas de caráter orçamentário e que constitui uma peça básica e fundamental da gestão do próprio Estado, na medida em que ali deve estar expressa a capacidade de cobrança do Estado, dos tributos, como normalmente é composta a peça orçamentária, e que obviamente devem merecer a atenção e a aprovação desta Casa, bem como todos os procedimentos de utilização dos recursos que são públicos, a favor e através dos diversos órgãos e programas que o Governo deva realizar no exercício subsequente.

Ora, a intenção básica dos legisladores, quando criaram a norma da apresentação de mensagens com vistas à Lei de Diretrizes Orçamentárias, é uma pré-definição do corpo legislativo, que representa o conjunto da sociedade, que recebe do Executivo, que é o único que tem a autoridade para propor a execução de despesas, quer dizer, a proposição do uso dos recursos públicos está afeta com uma atribuição fundamental, constitucional do Poder Executivo. E esta função deve, entretanto, a partir da Constituição de 88, ser previamente apresentada aos Deputados. E assim nós o fazemos através da Mensagem que os Senhores já conhecem e que está em discussão nesta Casa, um conjunto de normas que visam dotar o Estado de capacidade de ação e esta capacidade de ação deve se fazer a partir das prioridades estabelecidas pelo

Executivo e notadamente com uma orientação governamental, com vistas a ampliar a capacidade de ação do Estado.

Não é novidade para ninguém de que a sociedade brasileira está em crise já há alguns anos, e que esta crise se espelha e é uma crise econômica, social e política - em uma crise de Estado e como tal, e não poderia deixar de ser, com uma crise fiscal do Estado.

As necessidades que a sociedade brasileira tem são seguramente maiores que aquela que a população, através dos impostos, pode estar disposta a suportar para cumpri-la.

Urge, portanto, e isto é absolutamente necessário, que no menor prazo de tempo possível a sociedade brasileira reconquiste a possibilidade de o Estado nacional brasileiro, e em todas as instâncias, municípios, nos governos estaduais e na União, a capacidade de gestão de coisa pública.

E, portanto, esta Lei de Diretrizes Orçamentárias que nós encaminhamos com uma Mensagem ao exame dos Deputados, já contempla uma série de normas que visem transformar cada vez mais o Orçamento em uma peça fundamental de gestão do setor público e que permita ao Executivo, quando da sua execução, adotar as medidas fundamentais para evitar que o uso dos recursos públicos sejam utilizados com uma baixa eficácia, ou seja, que os recursos que se destinam aos programas atinjam efetivamente a população que deve receber os benefícios destes programas, e que, além do aumento da eficácia a que me referi, sejam feitos com uma maior eficiência possível.

E para isso, é preciso maximizar a transparência das ações do Estado a benefício da capacidade de julgamento, da capacidade de acompanhamento e porque não dizer de inspeção da Assembléia Legislativa e bem como da população em geral, que sendo a proprietária do Estado deve por isso mesmo ter o máximo de acesso das informações das formas como o Estado age. E, sobre tudo, possa coibir todas aquelas ações que sejam indesejáveis e que possam vir reforçar cada vez mais aquelas que sejam de interesse da população.

A Mensagem da LDO, evidentemente, é um corpo profundamente técnico na medida em que está regulamentada de um lado pela norma legal, ainda hoje a 4.320, são normas orçamentárias e de Direito Público estabelecidas já há muitos anos, e, entretanto, os procedimentos normativos tanto pelo Executivo como pela Legislativo, não poucas vezes desvirtualizavam, tornavam fora de foco, a série de procedimentos que julgamos sadios para a Administração Pública.

O que se tentou, e a idéia do legislador quando criou a Lei de Diretrizes Orça-

mentárias, era possibilitar de antemão que os corpos legislativos avançassem desde o início fornecendo um conjunto de normas básicas a partir do qual e restrito por eles o Executivo construiria a peça orçamentária.

Ora, este tipo de suposto é facilmente entendido por todos os Senhores que repousa na visão, e nós temos os fatos históricos a corroborar, que tinham os Constituintes de estruturar o Estado com uma base parlamentar.

Entretanto, ainda que não estejamos em um regime Parlamentarista, e se é que algum dia estejamos, mesmo assim, sendo uma peça notadamente criada para um regime Parlamentar, acho que é absolutamente adequada para a possibilidade de ampliarmos e de melhorarmos a capacidade de gestão do setor público no caso brasileiro.

E é de nossa tese de que nosso País, não vai sair da crise em que vivem os Estados, o Estado em geral, mais claramente os Estados Estaduais como é o nosso, não conseguiriam ampliar a eficácia e a eficiência dos seus aparatos, e por isso mesmo, as indicações que fizemos nesta Mensagem de Lei, visam ampliar a capacidade de gestão do Estado e por isso pedimos aos Senhores Deputados o máximo de atenção nessa Mensagem e esperamos receber a aprovação dessas normas, que aos Senhores, nós encaminhamos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou suspender a Sessão por cinco minutos, para que aqueles Senhores Deputados que desejarem interpelar os Secretários possam fazê-lo através de inscrição em livro próprio que está sendo apresentada por um assessor da Mesa.

(Suspensa a Sessão).

Está reaberta a presente Sessão, primeira pergunta será dirigida ao Senhor Secretário do Planejamento, pelo Deputado Heinz Herwig.

O SR. DR. ROSINHA - (Senhor Presidente uma Questão de Ordem).

O Doutor Heron Arzua, fará a exposição "a posteriori", ou não fará.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Doutor Heron Arzua, dispensou da exposição, mas vai submeter às perguntas.

Na qualidade de Relator, designado na Comissão de Orçamento do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, não poderia, deixar de fazer algumas considerações sobre esta matéria de tamanha importância, ora em discussão neste Parlamento.

Há um novo Governo no Estado do Para-

ná, há um novo Parlamento, as expectativas da sociedade paranaense voltam-se para a atuação do Governo e também desta Assembleia.

O Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para 1992, é o exato momento do Governo mostrar por que veio e este Parlamento, como um todo, porque foi eleito.

Por isto de maneira profundamente sábia foi inserido em nossa Carta Magna, que os Governos devem apresentar a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Pedem também as Políticas e as Diretrizes Sociais. Pede mais ainda, a discussão neste Poder, da humanização das ações do Governo, bem como questioná-las. Eis aí a primeira dificuldade encontrada. Questionar o quê?

A Lei de Diretrizes Orçamentárias possibilita que os representantes dos municípios façam constar do programa de Governo as soluções para atender as necessidades, tão bem por nós conhecidas.

A nossa formação nos dá elementos para conhecer e bem, a situação do povo, tanto que aqui estamos pois recebemos dele um mandato para representá-lo.

Além de representar parcela de nossa população, no conjunto temos com ela a responsabilidade de dar respostas e justificar porque nos elegeram.

Pois além da vivência a nível municipal, conhecemos também as peculiaridades regionais.

O Estado do Paraná quer conhecer quais diretrizes e políticas o Governo está se propondo, visando a sua inserção num Projeto de desenvolvimento equilibrado.

Os compromissos de campanha foram evidentemente encadernados em cartilhas. Chegou a vez desta Cartilha se transformar no anteprojeto de lei das Diretrizes Orçamentárias.

Temos em nossas mãos inclusive os anteprojeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de vários Estados, tais como, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais, Acre, Pará, dentre outros.

Em todos verificamos a preocupação em equipar o Poder Legislativo de dados suficientes para analisar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o que talvez por esquecimento não se verificou em nosso anteprojeto.

Senhores, este Parlamento precisa conhecer as prioridades do Governo para o nosso Estado, que deveriam no nosso entender estar na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Será prioridade, a educação? Saúde? A habitação? O Saneamento Básico? A Segurança?

- Na habitação por exemplo, quais regiões apresentam maiores carências e para onde serão direcionados tais programas? Quais projetos, mutirão ou construção convencional?

- Na educação realmente será prioridade absoluta o ensino de 1º e 2º graus? Será esquecido o terceiro grau?

- A Ferroeste é de fato prioridade ou o Governo vai propor a execução de uma ferro-centro por exemplo, levando os trens a Ivaiporã ou Campo Mourão?

- Não se farão mais estradas pavimentadas ou só se ligarão ainda os municípios ainda não beneficiados?

- Vai haver isenção fiscal para algum produto?

- Haverá alteração na Legislação Tributária?

- No fomento dos agentes financeiros estaduais serão direcionados por onde?

- Qual a Política Salarial em relação aos funcionários públicos?

- São algumas das perguntas que os 54 Deputados se fazem diariamente e que a L.D.O. deveria ao nosso entender procurar responder. Sem estes dados complementares este Relator não terá nenhuma condição de fazer seu relato sobre este importante e vital Projeto de Lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor Secretário do Planejamento deseja responder ao Deputado Heins Herwig.

O SR. CARLOS ARTHUR PASSOS - Deputado Heinz Herwig, o Governo do Estado do Paraná, no seu ramo executivo, tem diretrizes.

Entretanto, a forma constitucional como está inscrita em nossa Constituição Estadual prevê que as diretrizes orçamentárias deverão ser consentâneas com a programação, vale dizer, com o plano de governo plurianual. O plano de Governo plurianual será apresentado à esta Casa no mês de setembro, conforme a data constitucional prevista.

Neste sentido, com um mês de Governo, julgamos que seria necessário trazer aos Senhores Deputados um conjunto de indicações apenas. De uma orientação de quais seriam as prioridades como uma mera intenção das quais, infelizmente registra a nossa História acabam se transformando e eu não tenho dúvida de que os Senhores Deputados receberão junto com a Lei Orçamentária, a partir das diretrizes de ordem técnica que estamos solicitando que os Senhores aprovem, muito mais segura e mais firme, porque este Governo terá o cuidado de transformar o orçamento numa peça de gestão real e concreta.

Isto significa dizer é quando colocar uma diretriz tentar defini-la o máximo possível em termos quantitativos, como além disto, e sobretudo tentar equacionar a capacidade financeira de cumpri-la.

De nada adianta, sabem os Senhores De-

putados, uma série de intenções que permeiam a nível de discurso. Creio que os Senhores entendem que não seria nada difícil para mim, como Secretário de Planejamento, submeter ao Senhor Governador do Estado um conjunto de indicações, de prioridades, com apenas uma vontade política.

Esta vontade política já se manifestou e a população já concedeu esta orientação através das eleições.

Entretanto, é a norma constitucional que de fato este ano, e este ano é atípico, nobre Deputado, na medida em que está estabelecido que o orçamento para o ano que vem deve seguir as normas da programação. A programação está prevista à apresentação a esta Casa um plano de Governo, um plano plurianual em setembro, portanto, a única possibilidade é fazermos constar, aí sim em detalhes quantitativos, inclusive, como o Governo orienta, a partir das diretrizes que vai tomar, toda a realização dos 4 anos.

Faço lembrar ao Deputado que esta é uma dificuldade que nasce da própria letra constitucional e que, no nosso entender, aliás repete o que o próprio Governo da União teve que fazer isto no ano passado quando houve uma mudança de governo porque tem que ser estabelecido uma programação orçamentária de acordo com o plano de quatro anos. Então, nessas circunstâncias é que os senhores têm uma Lei de Diretrizes orçamentárias que, aparentemente muito singela, apesar de ser fria porque não constam intenções ao nível da verbalização, mas é muito séria na medida em que ela permite já uma orientação de como podemos, o Executivo e o Legislativo transformar a peça orçamentária numa peça não irreal, não uma peça que apenas enuncia intenções sem evidentemente, qualificá-las.

Esta é a explicação que eu dou ao Nobre Deputado e faça valer à atenção do Senhor Deputado como dos demais, evidentemente, de que esta lei já contém uma série de orientações de caráter formal no sentido da elaboração orçamentária, mas que são importantíssimas para evitar que os recursos públicos sejam utilizados de uma forma não transparente como não é intenção deste Governo; é a de transformar tudo com maior transparência e dando a esta Casa a capacidade de julgar os seus atos.

Esta é a explicação que eu daria ao Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Réplica permitida por três minutos; igual tempo para tréplica. Está com a palavra o Deputado Heinz Herwig.

O SR. DEPUTADO HEINZ HERWIG - Senhor Secretário, eu gostaria só de, com base na Constituição Estadual no seu Artigo

133, que Senhor conhece muito bem, no seu parágrafo 3º diz claramente que as metas e prioridades da administração devem ser fornecidas, metas e prioridades. Diz também claramente que devem ser fornecidas projeções de receita e despesa. Diz, claramente, que os ajustamentos do plano plurianual serão feitas na avaliação do novo governo naturalmente, porque não é possível que um governo novo, que se instalou agora, vai simplesmente utilizar o orçamento do outro governo passado. Eu acho que isso é justo; nós devemos concordar com isso. Agora, eu acho que deverão ser fornecidos alguns números, porque eu tenho certeza, pela competência de sua equipe, que o Senhor já tem esses números, porque inclusive eu já vi com o Nobre Líder do Governo, Orlando Pessuti, uma série de números e projeções dos recursos que são destinados para cada Secretaria ou a projeção de orçamento de receita e despesa, eu já tenho, eu recebi, até o agradoço, eu recebi também a projeção de receita e despesa para 1992, 1993, 1994 e são números que a Secretaria de Planejamento já possui. Eu só acho que esses números devem ser anexados à LDO para que pudéssemos, então discuti-la.

Esta é que é a nossa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Secretário Krüger Passos.

O SR. KRÜGER PASSOS - Eu achei interessante nesta observação do Deputado Heinz Herwing de que é clara e manifesta a intenção deste Governo de maior transparência possível. Creio, sem dúvida alguma, que os dados de orçamento do Estado são de domínio público evidentemente. O que não teria sentido é, junto com o Anteprojeto de Lei, trazer uma série de informações que já são de domínio público e o que, normalmente, não é de domínio público, que é o casamento da programação orçamentária e financeira do Estado, a primeira que elaboramos concretamente, através da orientação do Senhor Governador, encaminhamos aos Senhores Deputados para conhecer. Quer dizer fica manifesta aqui a noção do grau de necessidade que este Executivo encara de transparência às coisas do setor público, são enormes. Quer dizer, os Senhores Deputados terão, isso é um compromisso do Executivo, a cada trimestre o conhecimento não apenas da norma orçamentária, porque ela é anual, mas trimestralmente a relação orçamentária e financeira. Quer dizer, isto é um fato, sem dúvida alguma, que eu repito não é costumeiro de forma que o que faltaria, faltaria a hipótese de relacionarmos todas as ações do setor público que os Senhores conhecem tão bem como qualquer outra pessoa, então

achamos que isso seria desnecessário, Deputado, na medida em que os Senhores sabem que o Estado deve cumprir uma série de tarefas e estas tarefas até como estão sendo realizadas no momento em que, numa transição de governo assume esses novos compromissos, fornecemos aos Deputados a capacidade de avaliação muito mais presente, do que normalmente se fez nessa Casa e isso não é uma norma Constitucional é uma decisão do Executivo de atender ao conhecimento dos Senhores Deputados o que se passa no Executivo.

Então nesse sentido eu imagino que estamos cumprindo até bastante mais, Senhor Deputado, agora seria muito fácil, coisas que os Senhores estão acompanhando, a prioridade do Governo é a educação, a saúde, coisas que no discurso fazem pelo menos, desde que eu me conheço como gente, toda a vez, então efetivamente este Executivo não está reduzindo a capacidade dos Senhores Deputados de terem acesso a toda e qualquer informação, ao contrário seguramente os Senhores serão Deputados que nesta Legislativa terão a capacidade muitíssimo ampliada de acompanhar todas as ações do Governo, porque deverão receber, repito, a programação trimestral orçamentária e financeira durante todo o período dessa Legislatura.

Não sei se me fiz completo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Dr. Eron Arzua vai fazer um pronunciamento.

O SR. HERON ARZUA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Com satisfação que eu volto a esta Casa, agora na qualidade de Secretário da Fazenda, que muitos daqueles sabem que eu fui assessor na elaboração da Constituição Estadual, principalmente na parte tributária e quero dizer ao nobre Deputado, que a Lei de Diretrizes, ele sabe disso, é uma invenção da Constituição de 88. Os Estados, a União não têm nenhuma experiência em matéria de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Na Constituição Federal existe um artigo sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, criação do Deputado José Serra, a fim de orientar, não só o plano plurianual, mas como também o orçamento propriamente dito.

Então, quando o nobre Deputado cita exemplos de São Paulo, Acre e outros Estados, cujos exemplos em matéria de execução orçamentária não se recomenda, até porque estão numa situação difícil. São Paulo por exemplo, no ano passado fez um aumento na alíquota do ICMS para habitação, e até hoje não destinou os recursos derivados daquele momento para o setor da habitação.

Então, o que eu queria dizer é o se-

guinte: essa Lei de Diretrizes é uma invenção da Constituição de 88 é uma experiência nova que nós do Poder Executivo e os Senhores do Poder Legislativo é que vão afinal dar a configuração geral. Eu tenho a impressão, juridicamente, interpretando a Constituição que não é uma lei pormenorizada, ela não deve ser uma lei casuística ao constrário ela deve ser uma lei genérica para propiciar inclusive a feitura do próprio orçamento. Referiu-se o problema da legislação tributária, ora num país em que a economia muda todo o dia fazer previsão em Lei de Diretrizes Orçamentárias, nesta época do ano, para o que vai ocorrer o ano que vem é praticamente impossível.

Então, a única maneira que eu vejo, para que nós possamos dar andamento a todas as questões é uma Lei de Diretrizes como foi formulada, genérica, não detalhada, não pormenorizada e nós vamos aprender juntos, vamos ver qual é a melhor maneira, se é uma lei que indica até aonde vai ser asfaltado, qual a ferrovia que vai ser feita, aonde? Ou se a prudência nos indica que deveremos fazer uma lei genérica e nas próximas, na lei de orçamento, no orçamento plurianual, então daí haveria a pormenorização de todas as questões a serem enfrentadas pelo Governo.

Eu repito é uma questão nova, nós não temos toda a ciência, porque ela é uma invenção da Constituição de 88.

No Paraná é o segundo ano. A própria união federal tem dificuldade de tratar desse assunto e eu lembro mais ainda que este governo se instalou em 15 de março, se fizer um interpretação conjugada da Constituição vai verificar que a partir dos próximos governos, a posse será no dia 1º de janeiro para daí estar compatibilizado com a Constituição. Então, nós ainda estamos vivendo num período de adaptação das normas da Constituição anterior para a Constituição Estadual. Eu pessoalmente tenho dúvidas quanto a esse parágrafo 3º que o senhor citou aí. Não sei se ele está em perfeita consonância com a Constituição Federal. Não sei se a idéia do Constituinte e da Constituição Federal era fazer uma lei minuciosa e casuística. Creio que não. Creio que é uma lei meramente indicativa. Mas isto é uma opinião pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com o reforço do Secretário Heron Arzua, eu concedo a palavra, novamente, ao Deputado Heinz para formular uma réplica.

O SR. HEINZ HERWIG - Eu acho que o Secretário Heron explicou muito bem a posição da Secretaria de Finanças, inclusive como participante da formação da Constituinte acho que nos deu uma luz muito for-

te.

Eu só acho, ilustre Secretário, que o fato de nós termos apresentado a Lei de Diretrizes do Acre e de São Paulo, não está em discussão aqui a qualidade e a situação dos Governos do Acre e de São Paulo, que nós conhecemos bem e está em condições muito piores que o Paraná. Acho que o Paraná sempre foi um exemplo, sempre foi um exemplo para o Brasil inteiro em termos de Orçamento, em termos de cumprimento das coisas, e que eu tenho a certeza que o atual Governo vai continuar fazendo.

Eu só acho, nós não estamos discutindo aqui o que deva ou o que não deva ser feito; nós estamos apenas lendo o que diz a Constituição da qual nós somos escravos. Nós somos Deputados para tentar fazer cumprir ou paracumprir o que diz a Constituição e a Constituição Estadual do Paraná diz claramente, não sei se certo ou errado, porque eu acho que não deve chegar a detalhes de fatos, que nunca haveria condições de se chegar a detalhes numa época como esta. Nós conhecemos muito bem. Nós já fomos Secretário e sabemos bem como isto funciona. Eu só acho que os dados que faltam e que dizem que podem ser feitos, os senhores, a Secretaria das Finanças e a Secretaria de Planejamento já possuem. São dados que facilmente, pela competência dessas Secretarias, facilmente poderiam ser agregadas para que este Relator pudesse então fazer o seu Parecer, porque sem esses dados, que eu conheço extra-oficialmente, não são dados, viu Doutor Artur, de domínio público. São dados que alguns conhecem e eu por sorte conheço alguns desses dados, alguns, outros que são fornecidos oficialmente inclusive pela sua Secretaria.

Então, o que o Relator, no nosso caso que somos Relator da LDO que precisamos, é de alguns dados numéricos, alguns, não a detalhes, mas dados numéricos que mostrem qual o direcionamento, quais as prioridades que o atual Governo possui. Só isto. E com isto eu me daria por satisfeito como Relator da LDO.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nelson Justus para formular perguntas ao Secretário de Planejamento.

O SR. NELSON JUSTUS - Senhor Secretário, a minha pergunta, de certa forma, já se encontra nesta altura desta conversa, um pouco prejudicada, até porque como Presidente da Comissão de Orçamento, a nossa preocupação nas constantes buscas para acertarmos o máximo possível e errarmos o mínimo, nós temos, efetivamente, na conversa com os nossos Pares aqui da Casa, encontrado dificuldades semelhantes as do

que o nosso nobre Deputado Heinz Herwig, Relator dessa Comissão, tem encontrado. Realmente a LDO é uma novidade introduzida pela Constituição e nós concordamos com V.Exa. quando cita da dificuldade de todos nós para entendermos, principalmente numa época atípica, não só da economia, mas também pelo fato de o Governo recém assumir.

A dificuldade aumenta para nós, quando vamos ter que arranhar mais uma vez a Constituição e para que possamos votar, aprovar uma Lei de Diretrizes Orçamentárias de tamanha importância.

Dáí nós questionarmos que, se tivermos que efetivamente votar apenas para cumprir um rito processual, não vejo o porquê de tamanha importância nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias, e deveríamos nos preocupar, dada a transparência do Governo, essencialmente no Orçamento a ser apresentado em setembro, porque se tivermos que descumprir preceitos constitucionais que obrigam as metas, as prioridades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, as projeções das receitas, as diretrizes relativas à distribuição setorial e regional de recursos, eu fico de certa forma se entender de que maneira ou por quê, simplesmente, a não ser por uma questão de rito processual - repito - nós deveríamos votar a LDO nesta Casa.

O SR. HERON ARZUA - Sr. Deputado, não é uma mera questão de formalidade.

Eu vou dar só uma indicação:

A Lei de Diretrizes exige que se coloque, ainda que de maneira genérica, as alterações da legislação tributária. As consequências de uma não aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e que não haja menção a alterações de ordem tributária poderão implicar em nenhuma validade de todas as alterações nesta matéria tributária que se faça até o fim do ano.

Há uma grande discussão neste País que não está resolvida, que o princípio da anualidade orçamentária voltou por intermédio da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Todos aqueles que se lembram da Constituição de 1946 sabem que havia exigência de, na Lei Orçamentária se colocar de antemão todas as alterações da lei tributária. Posteriormente, com a Constituição de 1967, esse princípio foi substituído pelo princípio da anualidade que bastava que a lei fosse aprovada até o dia 31 de dezembro.

Pois bem.

Com esse dispositivo da Constituição, ao se referir na lei de Diretrizes Orçamentárias, a alterações da Legislação Tributária, não significa que, se não houver menção a isso, poderá toda e qualquer modificação posterior ser considerada in-

constitucional. Aliás, esse problema foi levantado agora na arguição de inconstitucionalidade da legislação do Imposto de Renda perante o Supremo Tribunal Federal. Como foi uma questão final, ela não foi enfrentada.

Então, não é tão-somente uma questão de forma. Eu tenho a impressão - e claro que isso não é definitivo - que se fizermos uma leitura integral da Constituição, nós chegaremos à conclusão de que essa Lei Orçamentária é essencial até para aspectos formais, e aí implica numa inação total do Poder Executivo, do próprio Estado, se ela não for aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Nelson Justus deseja fazer a réplica.

O SR. NELSON JUSTUS - Eu queria apenas agradecer a gentileza de Vossa Excelência e dizer que realmente corroboro com a opinião do nobre relator da Comissão de Orçamento que vai continuar encontrando dificuldades em prolatar o seu parecer por falta de subsídios que descumprem de certa forma a Constituição Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários.

Antes de formular a pergunta, quero justificar a ausência de um companheiro nosso de Bancada, Ovídio Constantino, que em função do sepultamento hoje do ex-Chefe do Núcleo Regional da Secretaria da Cultura, companheiro Valdir Matioleti, ele se faz ausente.

Nós estivemos analisando a LDO, e ouvimos os debates até o momento, e o Sr. Secretário chegou a colocar, em duas oportunidades, que a vontade política da população se deu através das eleições e que a partir daí ela escolheu o programa de governo que desejava.

Eu não concordo com isso! A população escolheu o governante, porque duvido que a maioria da população conhecia o programa de governo naquela ocasião, escolheu o governante para democraticamente governar e não autoritariamente ou pedindo carta branca para a Assembléia Legislativa, um cheque em branco como é a LDO.

Nós reconhecemos as dificuldades para se elaborar por tudo o que já foi dito, mas ao lê-la e analisá-la profundamente, notamos que frontalmente choca com a Constituição Estadual, em todos os itens do § 3º, do art. 133, como já foi dito pelos Deputados que me antecederam.

O item I - "As metas e prioridades da administração pública estadual e

indireta", acaba remetendo em um cheque em branco para a questão do plano plurianual e não define absolutamente nada.

O item II - "As projeções das receitas e despesas para o exercício financeiro subsequente, não está na LDO.

Não adianta o Secretário dizer que isso aí existe, que os dados são transparentes e que poderemos ter conhecimento. Não queremos conhecimentos. Fomos eleitos para decidir. Não estamos aqui só para ter conhecimento.

Então, têm que ser remetidas as projeções de receitas e despesas da LDO completando a Constituição Estadual.

Item III - "Os critérios para a distribuição setorial e regional dos recursos para os órgãos dos Poderes do Estado". Também não contempla.

Item IV - "As diretrizes relativas à política de pessoal do Estado". Não se coloca absolutamente nada à questão desde o Regime Único, desde o Plano de Carreira. Não adianta dizer simplesmente que está limitado aos 65%, isto todos nós sabemos. Não é política de preço alto, dizer que está limitado em 65% das despesas.

Os itens V e VI que contemplam parcialmente.

Item VII - "As disposições sobre as alterações na legislação tributária". É justamente aí que entra a questão. E o Deputado Nelson Justus diz que "votar para cumprir um rito processual não é conveniente". E se nós votarmos do jeito que está na LDO, simplesmente vamos cumprir um rito processual. Porque aqui não diz se vai diminuir ou se vai aumentar qualquer tributação, se será criada uma nova ou extinta alguma outra.

Portanto, isto deve estar contemplado na LDO.

Item VIII - "As políticas de aplicação dos agentes financeiros oficiais de fomento, apresentando o plano de prioridades de aplicações financeiras e destacando os projetos de maior relevância". Também não atendem a nenhum dos dispositivos da LDO. E o item IX também não.

Então, analisando, vendo a dificuldade do relator, e que tomei conhecimento hoje, o que a gente coloca se não seria o caso de o Poder Executivo passar a cumprir a Constituição do Estado, no seu art. 134, § 5º, e remeter uma nova proposta de LDO baseada na Constituição Estadual, porque esta não contempla nenhuma das diretrizes colocadas.

Foi dito sobre normas, diretrizes, foi dito que como prioridade e todos os governos dizem, prioridade é saúde, educação... A LDO nem isso coloca, se é saúde, se é educação. E que percentual? Não define absolutamente nada!

Portanto, se ficar como está, vamos

votar - como disse o Deputado Nelson Justus - para cumprir um rito processual e nada mais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sr. Arthur Passos para responder.

O SR. CARLOS ARTHUR K. PASSOS - Nobre Deputado Dr. Rosinha, não creio que se trate o fenômeno desta maneira.

Repetimos, sabem os senhores, que está se configurando no País e infelizmente, a hipótese de uma nova guerra fiscal.

Na verdade, os próprios fundamentos do Federalismo no Brasil encontram-se problematizados, na medida em que, por iniciativa de diversos governos a nível estadual, se estão definindo determinadas ações, com vistas ao que eles chamam a atração de impostos, de empresas, digo melhor.

Não é esta a postura do Governo do Estado do Paraná, num momento de crise que a Nação está passando, não parece hoje, ao Executivo, prioridade nacional e muito menos aos governos dos Estados, na medida em que julgamos ser prioritário, que o Estado cumpra determinadas funções, que infelizmente, no nosso entender, estão sendo secundarizadas, a despeito de se ter sempre reafirmado serem prioritárias, durante anos, a educação, saúde.

Imaginem os senhores, que eventualmente os senhores julguem que isto é apenas uma peça formal, e acho que o Dr. Heron já deixou claro que não é o caso, e que julgam que isso é desnecessário e o Governo do Estado do Paraná tem que adotar, até o mês de dezembro, dentro do princípio da anualidade, determinada norma tributária ou fiscal, para defender os interesses dos paranaenses e quiçá talvez a isonomia das empresas na sua capacidade de competição, e traga se for norma legal à Assembléia, se for um procedimento do Executivo, através de decreto ou portaria, uma modificação.

Essa modificação está expressamente autorizada pelos Senhores, através da LDO. E se assim não o for, é capaz de fragilizar e muito, a própria economia paranaense, se esta que estou chamando "guerra fiscal" que está aí, se demonstrar muito prejudicial aos interesses do nosso Estado.

Seria portanto um exagero, seria trazer com que a LDO se transformasse de fato numa Lei Orçamentária, se nós pré-estabelecêssemos e, vetar todos os fatos que eventualmente possam se apresentar e fugíssemos a uma possibilidade já expressa na própria Legislação Tributária, que é fazer as leis vigorarem em termos fiscais durante o ano subsequente e mantermos e devemos manter por isso aberta com a aprovação dessa Lei a possibilidade de incor-

porá-la à nossa peça orçamentar.

Não seria difícil que eu apresentasse aos senhores, através evidentemente da autorização do Sr. Governador que o faz, um conjunto, um esquema de prioridades. Sabem os senhores, está aqui em nossa Capital - eu os informo se eventualmente não tiveram acesso a essa informação - uma missão do Banco Mundial, para avaliar um dos programas que tenta equacionar uma parte dos problemas de saneamento ambiental, da região metropolitana de Curitiba, e que tem que ver com a capacidade de financiamento geral desses programas ao nível do Estado.

Ora, se esse programa, estamos em execução no Governo do Estado um projeto ainda em análise, não tiver as mínimas condições de receber o apoio do Banco Mundial, evidentemente será uma leviandade o jogo, sem que nós tenhamos ainda, previsto como equacionar estes problemas num prazo de quatro anos, ao qual o prazo que a própria norma constitucional que os Senhores Deputados afirmaram em setembro, é antecipar para este período uma LDO que na verdade seria quase que um orçamento, sem que esteja definida toda a programação dos quatro anos.

Então, repeti e repito o que de início da minha exposição pretendia ter deixado claro, isto sim nós reconhecemos a favor de algumas observações dos Deputados: é um ano atípico. Por quê?

Porque a norma constitucional estabelece que o Executivo deverá apresentar em setembro o seu plano. E eu acho que foi uma norma sábia, na medida em que há que dotar o Poder Executivo de um certo tempo para maturar as gestões que permitam fazer com que as prioridades que ele venha a estabelecer possam efetivamente ser cumpridas. E aí, portanto, municiar efetivamente os Deputados a cobrar do Executivo as suas ações, porque para nós até seria melhor, Deputado, elencar, fazer um rol num papel, de intenções a respeito de prioridades. Como as prioridades são diversas, bastava então definir uma norma e depois, não havendo condições operacionais de efetivamente equacionar a capacidade financeira, garantir, aí sim, a execução real destes serviços.

O que se quer, ao contrário do que aparentemente há um certo entendimento, é dotar os Deputados da capacidade efetiva de legislar.

E este ano é atípico por causa de uma norma constitucional que define que este Governo deverá apresentar até setembro, aí sim, um programa de quatro anos, e neste caso, contando necessariamente, esta é a essência desta programação, as suas prioridades e a capacidade financeira que, neste período, o Executivo já teria equacionado e portanto teria muito mais chan-

ces de deixar claro quais os setores, quais as funções, quais as determinações que partir de suas prioridades e a capacidade efetiva de equacionamento da capacidade financeira, vão resultar em algo concreto e que deve ser objeto, portanto, da capacidade de orientação desta própria Casa, dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A réplica do Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Bem, eu na minha indagação, falei que reconhecia a dificuldade do Governo em elaborar.

A colocação que se tem dito é a de que é um ano atípico.

Desde 1982 o Estado do Paraná é governado pelo PMDB. Portanto, o Partido já tem um conhecimento mais do que necessário da realidade para se elaborar propostas. Ou cada governo que chega, pensa de maneira diferente, cada governo é governo de si próprio e não tem um Partido por trás.

O Governo Álvaro Dias, com todas as desgraças que causou ao Paraná, o ano passado, na LDO ele colocou percentuais de cada Secretaria, bem como três anexos especificando as prioridades para cada área do Governo.

Em relação a isso, como não dizer que a atual LDO não é uma carta branca, se nem isso ela cumpre, que é o mínimo? O Governo anterior o fez.

A segunda questão é que na minha intervenção, a respeito dos itens que fui levantando, um a um, da Constituição Estadual, quero dizer que o Sr. Secretário não respondeu a nenhum deles.

E a terceira questão é que a LDO, como ela está, ela está autorizando tudo, até a hipótese, hipótese, da guerra fiscal. Ela não existe. Há uma hipótese. Ela autoriza o Governo a fazer tudo. Não limita em nada.

E por último, eu acho que a intenção do Governo Estadual é não cumprir a Constituição do nosso Estado. Não tem cumprido inúmeros artigos, eu me lembro de um que diz que tem que divulgar no Diário Oficial o nome de todos os seus servidores, aonde estão lotados, o que fazem, nem isto ela cumpriu. Portanto, nós ficamos muito preocupados com os rumos que isso pode tomar. E continuo achando que passe e se cumprir a Constituição, inclusive, já no seu artigo 134, porque do contrário vai começar a haver uma série enorme de processos de inconstitucionalidades, de ilegalidades, contra o Governo do Estado.

O SR. HERON ARZUA - Senhor Deputado, nós colocamos a questão antes, em primeiro lugar que nós temos que aprender em matéria de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Em segundo lugar, nós teremos que definir se essa lei deve ser uma lei casuística ou não, a nosso ver do Poder Executivo, não, não só do nosso Poder Executivo, mas de todos os demais Governos da República. E eu quero lembrar que a lei de diretrizes orçamentárias não é o último ato Legislativo, nós não encerramos o ano aqui com a aprovação dessa lei, todas as modificações de Legislação terão que passar pela Assembléia Legislativa posteriormente, não só a peça orçamentária, como alterações da lei tributária, problemas de estrutura administrativa do Estado, problema de política pessoal, tudo passa pelo Poder Legislativo; não vejo qual o grande prejuízo em se fazer uma lei prudente, genérica, eu lembro o Deputado que o Estado do Paraná, já se disse aqui, é um Estado organizado e ele tem boas previsões, mas nós não podemos desconsiderar que estamos vivendo no Brasil. Nós não sabemos o que vai acontecer amanhã em termos de receita tributária, todo mês é uma situação angustiante, aflita da parte de quem está gerenciando o Poder Público, e não é só do Estado do Paraná, isso vale para todo o Brasil.

Então, não vejo qual o prejuízo de nós, por prudência, fazermos uma lei meramente indicativa, porque todos os nossos atos passarão pelo crivo da Assembléia Legislativa, só o Poder Legislativo pode criar e desfazer as coisas.

Quanto ao não cumprimento da Constituição Estadual, me parece que é uma questão de interpretação.

A leitura que Vossa Excelência faz da Constituição Estadual é uma leitura que indica que a lei de diretrizes orçamentárias na verdade é o próprio orçamento do Estado; nós não entendemos assim, nós entendemos que é uma lei meramente indicativa.

Agora, os Deputados têm toda razão quando querem subsídios, dados, e nós temos fornecido na medida do possível esses dados ao Presidente da Assembléia Legislativa, nós temos encaminhado aqui e até já fizemos a proposta ao Deputado de encaminhar por dia, dia-a-dia a receita do Estado, em que itens e despesas inclusive, porque isso é determinação do Governador, ele quer que a sociedade saiba quanto nós estamos arrecadando e aonde nós estamos gastando. Agora, essa lei de diretrizes orçamentárias, eu repito, nós temos que aprender junto, será uma lei casuística, pormenorizada, que nunca vai ser cumprida porque nós estamos no Brasil, hoje nós temos o Plano Collor II, amanhã nós temos outro plano, nós não sabemos o que vai acontecer no dia seguinte, no mês seguinte, não podemos fazer uma previsão, que será seguramente pura ficção.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Secretário Kruger Passos para complementar.

O SR. KRUGER PASSOS - Apenas um dos pontos que o Deputado levantou a respeito da questão das prioridades, eu queria deixar claro que nós discordamos de que o fato de haver uma continuidade partidária ao nível do Executivo signifique que nós devemos manter prioridades.

Imaginemos por hipótese em alguma outra sociedade que algum Partido ganha as eleições por 60 anos, e isso aconteceu na Noruega com o Partido Trabalhista, no México com o PRI, e que na prioridade estabelecida em 1917 no México vá ficar indefinidamente até o ano X porque o Partido não une.

Por isso mesmo que nós temos legislaturas, por isso mesmo que nós temos eleições, e cada novo Executivo, redefine o que é prioridade à luz das condições daquele momento.

Então, evidentemente, até, eu acho que seria efetivamente desnecessário pegar prioridades do último ano, que aquelas sim eram prioridades inscritas num programa aprovado pela Assembléia Legislativa e trazê-las de novo aqui. Aí seria, no meu entender, deselegante com os Deputados, já conhecem efetivamente o plano, o último que foi aprovado nesta Casa, e constitucionalmente será apresentado o novo. Então, eu só queria deixar claro que é uma questão efetivamente de um entendimento da realidade social e não entendemos que porque não muda um partido no Governo não haja inflexão das prioridades. Até porque algumas delas já foram cumpridas antes é que nós, necessariamente, temos que mudar para novas prioridades. É o que estamos fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Doutor Rosinha com a palavra por dois minutos.

O DR. ROSINHA - Creio que não me fiz entender, pelo Senhor Secretário.

Não disse que era para trazer as mesmas prioridades. Disse que o Governador anterior as definiu.

Se o partido tem várias prioridades em vários momentos, como disse Vossa Senhoria que traga as prioridades do atual Governo.

Quanto à questão de se colocar como lei casuística, em momento algum defendi que a lei seja casuística, ou que seja uma lei que não vai ser cumprida. A LDO como está, se for cumprida tem tudo o que permite. Se ela não for cumprida está dizendo que está sendo cumprida da mesma maneira, porque ela não fixa nenhuma norma, nenhuma diretriz.

Deixa tudo. Permite tudo que se faça. Desde que dentro deste tudo também não se faça nada. Ela está neste sentido. Em relação à receita, despesa, servidor público, tributação, a respeito de tudo... ela está permitindo tudo. Portanto, se não se fizer nada, está dentro do tudo. Sendo assim, LDO vai estar cumprindo da mesma maneira.

Quanto à questão de encaminhar dia-a-dia despesas, arrecadação, de recebermos em nosso gabinete só temos a agradecer.

Fazemos esta solicitação de público para que isto aconteça, se possível, já a partir de segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Deputados.

Conforme o combinado com o Líder do PMDB nesta Casa, tomo a liberdade de fugir um pouco do tema LDO, introduzindo uma preocupação da bancada do PT, já manifestada nesta Casa e que motivou um pedido de convocação do Secretário de Finanças.

Recentemente o Governador Requião baixou um Decreto estabelecendo uma fórmula de correção das certidões de crédito expedidas...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência terá oportunidade de falar mais breve um pouco no horário em que o Secretário de Finanças vai atender as perguntas.

O SR. ERNANI PUDELL - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhores Secretários, o que me preocupou de toda a explicação é o mesmo erro que aconteceu em Brasília, o Poder Executivo querendo legislar e o Poder Legislativo querendo governar.

O Secretário Passos nos diz que devemos cumprir as normas ou descumprir a Lei, que no caso é a Constituição Estadual que não está sendo cumprida na LDO.

O que me preocupa é que qualquer cidadão pode alegar crime de responsabilidade o Governador não cumprir a lei maior que é a Constituição Estadual.

É isto que me preocupa hoje.

O Secretário Arzua nos disse que por ser a LDO uma lei nova de 88, estamos navegando sem bússola, estamos aprendendo com as experiências do dia-a-dia. É isto que me preocupa cumprir as normas, mas tendo

que descumprir a lei.

Por isto gostaria que o Senhor tentasse nos dar uma luz de como nós, legisladores poderemos descumprir a lei.

O SR. KRÜGER PASSOS - Bom, eu não entendi bem a questão de cumprir a norma e descumprir a lei, até porque a norma que vale é a norma legislada.

Agora, na nossa maneira de entender não há descumprimento da lei. Nós estamos procurando a letra e o espírito da Constituição.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Desculpe, Secretário, embora tenha colocado como posição pessoal, o Senhor mesmo questiona a Constituição do Estado a qual o Senhor foi um dos colaboradores.

O SR. KRÜGER PASSOS - Veja bem, eu não estou dizendo que a Constituição Estadual é inconstitucional.

Todos nós sabemos, tem até um livro aí chamado as inconstitucionalidades do Estado do Paraná. Eu pessoalmente até acho que há um certo exagero aqui neste § 3º, mas não sou eu autoridade aqui para dizer que isto é constitucional ou não, para isso tem os tribunais aí.

O que eu acho é que uma interpretação consentânea entre a Constituição Federal e a Constituição Estadual nos dará legitimidade para defender a lei de diretrizes como ela foi formulada, até porque ela se baseia em experiência da União Federal de outros Estados e outros Municípios.

Nós não estamos, até agora, inventando nada. Pode ser que venha a prevalecer a idéia de que a Lei de Diretrizes Orçamentárias seja uma lei casuística, pormenorizada, a nível de detalhe inclusive, mas, por enquanto, o que nós temos não é isso. A leitura que se faz da Constituição Federal da Lei de Diretrizes Orçamentárias é completamente diferente.

A própria Lei de Diretrizes Orçamentárias da união é uma lei tipicamente genérica, ela é uma primeira indicação do que vai acontecer e, necessariamente, não vai acontecer; ela poderá, num segundo passo, por questões da realidade, ser alterada.

Então, ao nosso ver, não negando as dificuldades e não negando que o assunto é altamente controvertido, a idéia que nós fazemos é a de que essa lei, este projeto que nós encaminhamos à Assembléia cumpre os desígnios da Constituição. Esta é a nossa idéia.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Eu agradeço ao Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ouviremos agora, o Secretário Heron Arzua.

O Secretário dispensa exposição.

Primeira pergunta do Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO - Senhor Presidente, Senhores Secretários.

Há poucos dias os Deputados Estaduais receberam do Secretário Especial da Política Habitacional um documento que traça as diretrizes para uma política de habitação do Governo Requião.

Neste documento está inserido que criar-se-á um fundo rotativo para a habitação popular e este fundo deve ser constituído, inicialmente, por dois bilhões de dólares ao mês, proveniente dos recursos do Tesouro do Estado, e o aumento de 1% da alíquota do ICMS.

Eu perguntaria ao Secretário se isto é uma proposta de Governo concreta ou se apenas é uma proposta isolada do Secretário de Habitação, uma vez que nesse instante na vida nacional há uma sobrecarga dos impostos cobrados do empresariado de forma geral e, com certeza, o aumento desta alíquota iria prejudicar sensivelmente diversos segmentos produtivos da sociedade paranaense e brasileira.

Eu gostaria que o Secretário nos respondesse o que há de concreto com relação à essa proposta do Secretário da Habitação.

O SR. HERON ARZUA - É uma proposta do Secretário da Habitação; não é uma proposta do Governo nem do Poder Executivo, até porque essa questão é tão importante que deve ser discutida em conjunto com a Assembléia Legislativa.

Eu, pessoalmente, sou contra o aumento da tributação do ICMS, ainda que o encaminhamento do recurso seja para moradias próprias.

Isto porque na minha visão o ICMS, todo mundo sabe, não vai se dar aula nenhuma, é só para se lembrar, é um imposto indireto pago pela população.

Então, nós vamos tirar das camadas de menor renda recursos para construir casas, talvez, para eles mesmo.

Eu, pessoalmente, repito, não me é simpática a idéia do aumento da alíquota de ICMS em 1%.

Atualmente, nós temos três alíquotas: 12%, 17% e 25% alíquotas, nominais; alíquotas nominais de 17% que significa... significa numa alíquota real de 20, 48, uma alíquota de 12 que significa 13,63 e uma alíquota de 25 que significa 33,33%.

Ao meu ver, eu concordo com V.Exa. é uma carga elevada, mesmo para padrões de países subdesenvolvidos.

Então, é uma proposta da Secretaria; eu preferiria pessoalmente que a Secretaria

ria nos dissesse o que ela quer fazer em termos de habitação e nós em conjunto com a sociedade e a sociedade irá nos dizer se quer que do montante tributário existente a gente separe essa parcela e encaminhe a habitação ou se haverá necessidade de um aumento da alíquota como fez o Estado de São Paulo.

Eu lembro aos Senhores, está nos jornais de hoje que o Estado de São Paulo aumentou a alíquota de 17 para 18, só nesse grupo e não encaminhou os recursos para habitação, porque quando ele entra no caixa do Estado, ele entra no Tesouro, os recursos se perdem e as prioridades são outras. Primeira delas pagamento dos funcionários públicos, quando chegar no fim do mês, não tenham dúvida todo o aumento vai para isso se não houver o recurso.

Então, dando uma nova direção, eu acho que quando todo mundo pensa a mesma coisa ninguém está pensando em nada, eu acho que é uma proposta a se discutir.

Pessoalmente eu manifesto aqui a minha posição, sou contra a elevação do ICMS até penso que nós deveríamos tentar uma política agora ao inverso de atenuar alguma carga tributária de alguns produtos e de alguns setores, até penso nisso.

Mas essa é uma medida que não é uma questão fechada, quem dá a última palavra inclusive é a sociedade civil através dos senhores. E eu acho que é um assunto que está aberto; pessoalmente eu sou contra ao aumento de qualquer alíquota.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO - Eu fico agradecido pela sua posição e espero que o próprio Governador, se esta proposta chegue à sua pessoa, com certeza chegou, some-se ao seu pensamento e ao pensamento dos Senhores, Parlamentares desta Casa para que realmente não possa prosperar, em razão de que hoje o nosso empresariado e todos os segmentos produtivos da nossa Nação brasileira passam por um dos piores momentos já vividos e eu espero que todos nós tenhamos a consciência maior de que precisamos fazer que com este país saia desse caos produzindo e não aumentando impostos para gerarmos moradia, como o Senhor muito bem falou, entende de que há necessidade, a carência realmente existe, mas há outras formas para nós implementarmos o programa dessa natureza, quem sabe buscando recursos de outras fontes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Minha questão é di-

rigida ao Secretário de Finanças. Recentemente o Governador Requião baixou um decreto estabelecendo uma fórmula de correção para as certidões de crédito expedidas pelo DER em favor de credores e cujas certidões nos parece fazem parte do ativo do BANESTADO.

Aparentemente o BANESTADO liberou as empreiteiras sob a caução dessas certidões. Parece-nos também que esse decreto acabou por possibilitar que o Tesouro do Estado ficasse obrigado a remunerar todas as lívidas com as empreiteiras, segundo aquele critério estabelecido no decreto.

Também nós, nesse sentido, gostaríamos de esclarecimentos claros e objetivos sobre essa operação quadrangular realizada pelo Governo do Estado, DER, empreiteiras, BANESTADO, que se iniciou na administração do Governador José Richa e se estendeu e foi ampliada, inclusive, pelo Governador Álvaro Dias. Entendemos também que essas informações são fundamentais para a transparência de todas as operações que se realizam com o Banco do Estado do Paraná, que envolve o próprio Tesouro do Estado, e que dizem respeito à saúde financeira do BANESTADO. Neste sentido nós fazemos ao Senhor Secretário as seguintes indagações: 1) o valor do principal das certidões de crédito expedidas pelo DER e dadas como caução ao BANESTADO; 2) quais as condições das operações de crédito oferecidas pelo Banco às empreiteiras, tais como: taxa de juros, spread, prazos de resgate, carência, etc; 3) valor do resgate já feito pelo Banco com essas certidões; 4) dia do pagamento dessas parcelas, juros e multas cobradas pelo atraso e saldo atual; 5) qual a proposta do Governo do Estado encaminhada ao Banco para resolver o saldo pendente; 6) a listagem atualizada pelo Balancete de maio de 91 do BANESTADO, contendo nome e valor das maiores operações de crédito em atraso, seja do setor público ou privado do Banco e; 7) finalmente a listagem atualizada pelo Balancete de 91 dos principais créditos inadimplentes junto ao Banco do Estado, destacando a origem, o devedor, valor dos créditos inadimplentes. Obviamente o Senhor Secretário terá dificuldades em, neste momento, nos fornecer detalhadamente esses dados. Mas entendemos que é de fundamental importância já que se apregoa por demais a transparência tão necessária neste país que fosse dada uma resposta clara, objetiva a esse pedido de informação o mais rápido possível.

O SR. HERON ARZUA - Pois não. Eu tenho a pasta aqui com todas essas informações. Passarei às mãos de V.Exa. Apenas quero dizer o seguinte: essa operação que já foi realizada há muito tempo foi uma

forma inteligente de se financiar obras públicas. Em segundo lugar esse Decreto do Governador ele apenas diz: que se substitua a BTN que foi extinta em janeiro deste ano pela TR. Apenas isto. Essa operação e esses decretos anteriores a que se refere esse Decreto foram aprovados pelo Poder Legislativo, por via de seu órgão acessório (?) e assim o Tribunal de Contas, que aprovou expressamente as operações e a edição dos Decretos.

Nós agradecemos a interferência e o alerta dos Deputados quanto à menção errônea que saiu no Decreto, se reportando a um Decreto que nada tinha a ver com as certidões do DER e sim com problemas de correção, de faturas emitidas com o DER.

Na realidade naquela época, o assunto é antigo, o Governo do Estado não tendo dinheiro para pagar os empreiteiros, deu uma certidão de que eles tinham esse dinheiro e eles obtiveram empréstimo, então, no Banco do Estado, dando como garantia não só a certidão de que eles tinham dinheiro no Estado, como também garantias reais.

O SR. ERNANI PUDELL - Neste caso, Senhor Secretário, já indagando essa correção, porque o Decreto do Governador Álvaro Dias, com a extinção da BTN, substituiu pela TR, que nos parece a correção da inflação, atualização da inflação em valores mensais, cheios, como se diz. A TRD estabelece a correção diária portanto uma correção superior. Mais do que isto: o recente Decreto do Governador Roberto Requião ainda acrescenta mais juros de doze por cento...

O SR. HERON ARZUA - Não. Os juros já existiam. Os juros sempre foram doze por cento, mesmo nos Decretos anteriores.

(VOZES INTERPOSTAS).

A única coisa que esse Decreto fez - aliás, na minha visão nem precisava existir esse Decreto, porque a Lei Federal, ao extinguir a BTN, ela mandou aplicar a TRD em todas as operações financeiras, em todos os contratos. Isto era uma decorrência normal.

O SR. ERNANI PUDELL - Agora, Senhor Secretário, o que nós objetivamente, por exemplo, uma das questões fundamentais que gostaríamos de saber é se essa correção de que fala o Decreto às certidões, ela visa exclusivamente proteger o ativo do Banco do Estado do Paraná, ou se ela se propõe efetivamente a corrigir os créditos das empreiteiras? Se as empreiteiras estão liberadas, e a operação é somente entre o Banco do Estado e o Governo...

O SR. HERON ARZUA - É só entre o Banco do Estado e o Governo. Os juros de 12% mais a TR é só nas operações entre o Banco do Estado e o Governo do Paraná. Na verdade, em última análise, não é juridicamente como foi configurado, o Estado deve para o BANESTADO. Agora, lembro que à época para concessão dessas taxas de crédito, até por exigência do Tribunal de Contas, foi dada uma garantia maior ao Banco do Estado. O ICMS, foi dada exclusividade, não só na arrecadação do ICMS, para compensar o Banco do Estado porque o Banco do Estado se recusava a assumir isso naquela época, como também a permanência no Banco do Estado da arrecadação do ICMS. Então, o Banco do Estado, como instituição fiscalizada pelo Banco Central, teve os seus créditos absolutamente protegidos. E esses juros de 12% não se aplicam às faturas normais entre DER e empreiteiras. Absolutamente. Só se aplica a TR, isso se o Supremo Tribunal Federal não vier a considerar inconstitucional a TRD nesse caso, que está em discussão no Imposto de Renda e em todas as aplicações; porque TR, segundo a nova concepção, não seria correção monetária e sim juros. Então, seriam juros sobre juros, e seria um outro problema. Agora, respondendo objetivamente, não. Ela só se aplica àquelas certidões que, em verdade, numa última palavra, quem deve isso é o Governo do Estado, e deve ao BANESTADO.

O SR. ERNANI PUDELL - Se o Senhor Presidente me permite, para ficar bem claro então. As empreiteiras já estão liberadas, porque nós estamos preocupados que, em havendo uma diferença entre os juros e a correção cobrada do Banco do Estado das empreiteiras, e as atualizações dos juros das certidões - se houver essa diferença - se as empreiteiras têm que repor isso, ou as empreiteiras já estão liberadas já a pagar, digamos, esses empréstimos mediante as certidões do Governo.

O SR. HERON ARZUA - Veja bem: as empreiteiras têm crédito...

O SR. ERNANI PUDELL - ...com o Governo. Se elas têm um débito...

O SR. HERON ARZUA - Elas têm um débito vinculado, é uma operação como o Senhor disse, quadrangular, triangular, mas é uma operação casada.

O que me pareceu quando eu fui examinar essa questão, que eu até nem conhecia, é que uma questão inteligente de financiar as obras públicas num momento de aperto. Por que qual seria a opção do Estado? Seria fazer uma operação de antecipação de receita, em que os juros seriam muito maiores para todos nós - nós que eu digo,

é o Governo do Estado. Então, me parece que foi uma forma inteligente de se tratar do assunto. Na verdade, o que ocorreu, foi a venda do crédito, o Estado não tendo dinheiro, recebeu, via Banco do Estado, através de uma operação financeira. Todos os juros, quem paga, afinal de contas, é o Estado do Paraná, porque as empreiteiras tinham direito, afinal, a receber aquilo que eles faturaram, etc. e tal.

Repito aqui: esse negócio foi examinado pelo Tribunal de Contas. Na origem, ele foi aprovado pelo Tribunal de Contas. E esse Decreto do Governador apenas mudou, por exigência da burocracia nossa, dizendo que era 12% mais BTN, ficou 12% mais TR.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, me permite, ainda pela última vez, não entendi objetivamente se as empreiteiras estão liberadas em relação ao Banco do Estado do Paraná.

O SR. HERON ARZUA - Veja bem: juridicamente, elas têm um empréstimo.

Juridicamente, como é que foi feita a operação: o Estado deu uma certidão, elas pegaram as certidões, foram lá e obtiveram o empréstimo; mas no contrato que elas têm, tudo que vier de encargos financeiros, afinal de contas, é do Estado, mesmo porque, ao que eu sei...

O SR. ERNANI PUDELL - Então, Senhor Presidente, me permite acrescentar: seria fundamental para o conhecimento e a fiscalização, que nós tivéssemos também acesso aos editais, embora públicos, mas para facilitar, e aos contratos firmados entre o Estado e as empreiteiras.

O SR. HERON ARZUA - Sabe, isso é público. Isso já foi examinado inclusive pela Assembléia, através do Tribunal de Contas, na época em que ocorreu esta operação. Agora, o que se fez apenas, foi uma prorrogação e a substituição. E este assunto só veio à baila porque se entendeu que haveria necessidade, dada a extinção da BTN, de indicar qual o fator de operação. Rigorosamente, foi isso o que aconteceu, senão as coisas continuariam se passando como estavam.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - A minha pergunta é a seguinte: no final do ano passado, Senhor Secretário, houve uma alteração da Lei permitindo que o Governo do Estado contratasse a Empresa de Auditoria DIRECTA. Um dos Diretores do Banco do Brasil, Eliseo Martins, reconhece o envolvimento dele com a DIRECTA, em depoimento a uma

Comissão Interparlamentar desta Casa. Eli-seo Martins, que por sua vez está no Banco Central e que pediu a "intervenção" (aspas do orador) no BADEP, quando é corrente entre todos, que quem pediu a intervenção foi o ex-Governador Álvaro Dias.

Dito isto, pergunto: sob que argumento o ex-Governador solicitou a mudança da Lei, permitindo a recontração da DIRECTA? Sei que os Senhores podem dizer que esta pergunta deveria ser feita diretamente ao ex-Governador. O ex-Governador é ex. Os Senhores ocupam o cargo e têm acesso aos documentos que permitiam a reformulação da Lei. Então, se não tiverem a resposta agora, será perfeitamente compreensível. E, desde já, solicito o documento que argumenta a mudança desta Lei.

E a segunda pergunta: sob que argumento o ex-Governador pediu a intervenção no BADEP, que também está fechado a sete chaves para que não se tome conhecimento.

Então, se os Senhores também, por acaso, não tiveram acesso ainda e não conseguiram ler o documento, eu solicito cópia deste pedido de intervenção.

Peço desculpas, até, por voltar um pouco, e ao ser dito da questão de transparência, eu solicitaria cópia do Regime Único e da Proposta de Plano de Cargos para que se possa ir analisando em paralelo, para que possamos tomar conhecimento assim que chegue a esta Casa, e assim que tenhamos já, pelo menos, lido e discutido.

O SR. HERON ARZUA - Senhor Deputado, não sei se entendi bem, mas vou tentar responder alguma coisa, mesmo porque sou tão novo quanto Vossa Excelência nesta matéria.

Quanto à DIRECTA, pelo que sei e participei de uma reunião no BANESTADO, em que foi anulada a concorrência em que ela teria ganho, foi feita uma nova e quem ganhou foi uma outra empresa de auditoria. Ela não está mais fazendo a auditoria das contas do BANESTADO.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Desde que data? Porque as divulgadas neste ano, todas são assinadas praticamente pela Auditoria da DIRECTA.

O SR. HERON ARZUA - Logo... tenho a impressão de que foi na segunda quinzena de março e começo de abril. Foi uma das primeiras ou segunda reuniões do BANESTADO a que participei, e havia esse item de homologação da DIRECTA, que por orientação do Senhor Governador, nós pedimos alteração, porque havia na licitação formulada anteriormente, havia dado empate entre três companhias de auditoria. E, pelos critérios do próprio BANESTADO, deveria

ganhar a PRAS, se eu não me engano. Então, a DIRECTA de início, foi afastada. Não sei quanto a esse envolvimento que o Senhor fala do Diretor do Banco Central, eu até desconheço. Pelo que sei, ele não faz parte desta empresa.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Só para esclarecer.

Ele reconheceu que trabalha para a DIRECTA e em prospectos da DIRECTA consta o seu nome como assessor da mesma.

O SR. HERON ARZUA - Como consta de prospecto da Assembléia Legislativa, por exemplo, eu fui assessor da Assembléia Constituinte. Isso não quer dizer que eu esteja diretamente... mas eu não conheço essa questão e não quero me envolver com isso.

Quanto ao problema do BADEP, é um problema que nós também já pegamos em andamento. O Banco Central foi muito rigoroso, como foi com outras instituições. Ao vir do Banco Central, o BADEP não tinha mais condições de prosperar. Embora, pedido pelo Governador e eu também não conheço esse pedido de intervenção, ao que eu sei é um mero ofício, o Banco Central apoiou esse pedido, porque não exergava condições de o BADEP continuar com os prejuízos que ele já vinha dando, tanto ao Banco do Estado, como ao próprio Governo, como aos próprios mutuários, etc...

Essa é uma questão muito complicada e que eu, inclusive, não tenho condições de lhe dar uma resposta cabal e pronta, mas o que eu puder fazer, estamos às ordens.

O SR. DOUTOR ROSINHA - A cópia do Ofício - pedido de intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Ernani Pudell, ainda tem uma pergunta a fazer.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Secretários.

Eu tive uma preocupação, que o artigo nº 137 da Constituição Estadual, estabelece que a concessão cria duas condicionantes à concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargo ou alteração de estruturas de carreira, bem como, admissão de pessoal a qualquer título pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta, etc...

Nós estamos na iminência de aprovar, discutir o Regime Único e o Plano de Cargos e Salários. E o inciso II diz bem claro: "Só poderá haver essa concessão e essa modificação na estrutura funcional, aumento de remuneração, etc..., se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias".

Bem, a questão é que a Lei de Diretri-

zes Orçamentárias, exceto no seu Artigo 6º, estabelece muito genericamente que: "as receitas de Órgãos, Fundos, etc..., atenderão prioritariamente gastos com pessoal e encargos sociais". Quer dizer, não menciona qualquer possibilidade de alteração, e nós estamos na iminência de fazer uma profunda alteração em toda estrutura do corpo funcional do Estado. Pelo menos é o que se estabelece pela Constituição Estadual e que nós sabemos, já existem estudos por parte do Governo nesse sentido.

Então, há uma preocupação, além da já manifestada pelos Deputados anteriormente, no sentido de que a Lei de Diretrizes Gerais do Orçamento é extremamente genérica, ela sequer, neste caso nos parece, permite que haja essa modificação na estrutura funcional do Estado, com a aprovação do Regime Único e o Plano de Cargos e Salários.

Então, essa é uma indagação que faço aos Senhores Secretários.

O SR. HERON ARZUA - Bom, numa leitura apressada da Constituição, eu diria que há um choque de dois dispositivos, um que manda implantar o Regime Único, e outro já, aliás os prazos já estão escoados há muito tempo.

Em segundo lugar, existe uma outra disposição na Constituição Estadual, que diz que se não houver especificamente na Lei de Diretrizes Orçamentárias, não haverá isto. Ou nós podemos dar duas interpretações, ou nós cumprimos o artigo nº 37 da Constituição Federal, que manda implantar o Regime Único, que dá um prazo que já está escoado. E entendemos que na Lei de Diretrizes Orçamentárias, genericamente isso está contemplado e que não há possibilidade; ou cumprimos a Constituição Estadual e não cumprimos então a Constituição Federal e não implantamos o Regime Único.

Agora, o Regime Único está sendo objeto de estudos, exatamente por causa destes problemas, não existe um projeto definitivo. Há que se quantificar o que isso vai resultar em termos financeiros para o Estado. Ele foi prolongado até agora em todo o País, por todos os Poderes Públicos dos Estados e Municípios, exatamente da dificuldade de se compatibilizar o quadro dos funcionários estatutários, com o quadro dos funcionários celetistas, que por estarem sob regência de legislações diferentes, têm inúmeras divergências, divergências não, são níveis salariais e vantagens que obedecem a um sistema e a outro sistema. Isto tudo tem que ser medido. Eu tenho a impressão de que o Estado não pode fazer assodadamente a implantação de regime único se não pontificar muito bem o que está aí. E mais: atender com muito cuidado, es-

ta ação que foi proposta no Supremo Tribunal Federal, contra a inconstitucionalidade da nova lei de aumento do funcionalismo público federal, que não é um aumento, são distinções por carreira, onde se alega infringência de isonomia.

E é isto o que o Regime Único preocupa. Ele obrigatoriamente trará a isonomia. Mas, nós precisamos quantificar ver quanto isto custa. Ninguém, até agora, sabe dizer o quanto isto custa.

O SR. ERNANI PUDELL - Mas, veja bem, Senhor Secretário. O artigo 137 fala: "... se houver autorização específica". O que eu estou levantando, objetivamente, não são as dificuldades, os desdobramentos da implantação do Regime Único e nem do Plano de Cargos e Salários, que é uma discussão específica e extremamente longa. O que nós, e foi o levantamento que foi colocado aqui, é que na Lei de Diretrizes Orçamentárias, sequer há autorização para concessão de qualquer valor. Quer dizer, não há menção alguma na Lei de Diretrizes do Orçamento, que de tão genérica, acabou até por impedir, se nós olharmos o texto da Lei de Diretrizes e a Mensagem enviada pelo Governo do Estado, nós estaríamos no futuro em choque com este artigo 137 da Constituição Estadual, porque não há em nenhum momento, menção sobre esta autorização de modificação na estrutura funcional do Estado. É esta a questão fundamental: a generalidade foi tão grande, que acabou se tornando, no nosso entendimento, um grande vazio.

O SR. HERON ARZUA - Mas o problema é o seguinte: como a Lei está na Assembléia Legislativa, então eu acho que os nobres Deputados podem resolver este problema, não é?

O SR. ERNANI PUDELL - Se a Bancada Governista permitir...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Valdir Rossoni tem a palavra.

O SR. VALDIR ROSSONI - Senhor Secretário, trago aqui ao Senhor, duas preocupações. Enquanto alguns Estados do Brasil, como o Estado de São Paulo, cria a isenção de alguns produtos para incentivar a agricultura, aqui no nosso Estado, alguns Secretários, como o Senhor viu ontem na proposta habitacional, apresentam aumento de impostos.

Também cito aqui mais um exemplo: o Estado de Santa Catarina, na venda de seus produtos, o conhecimento que temos é que na venda de seus produtos, ele cobra o ICMS sobre o produto sem o valor da venda a prazo. Ele cobra o ICMS do produto sem a

venda a prazo, porque a venda a prazo, o que aumenta no produto é custo financeiro.

Eu queria saber do Senhor, Senhor Secretário, o seguinte: os dois pontos. Primeiro, o Senhor representa aqui o pensamento do Governador, o pensamento deste Governo. É intenção deste Governo tomar algumas atitudes em cima destes dois pontos, que é isentar estes produtos, como por exemplo, os fertilizantes agrícolas para incentivo à agricultura e também fazer algum estudo em cima da venda destes produtos, que está sendo hoje, no Paraná, cobrado as custas financeiras, que está cobrado do ICMS?

E o Senhor não acha que nós, Deputados e o Relator da LDO, aqui, têm todo o direito de ficar mais preocupado ainda quando vê o Secretário, ontem, trazer aqui um programa habitacional anunciando a intenção do Governo de aumento de impostos, quando nós estamos aqui discutindo a LDO e a LDO não diz nada da intenção do Governo de aumentar impostos? O Senhor não acha que está havendo dessintonia entre o pensamento do Governo e este Secretário de Estado? Porque nós, Deputados, deduzimos pelos programas do Governo.

Ontem, chegou a esta Casa este programa, falando de aumento de impostos. Eu ia fazer esta pergunta, mas o Senhor me respondeu. Se este Secretário traz uma proposta e não é do conhecimento de Vossa Excelência ou do Governador, e se é, porque é que não consta das Diretrizes Orçamentárias que aqui estão?

Então, esta é a nossa preocupação. E gostaria, se o Senhor pudesse nos responder, se o Governo do Estado pensa em trazer estes dois incentivos ao comércio e à agricultura, neste sentido, como eu citei os exemplos do Estado de São Paulo e de Santa Catarina.

O SR. HERON ARZUA - Bom, com relação, não há isenção para produto agrícola nenhum, nem em São Paulo e nem em Santa Catarina. O que existe é um deferimento que o Governador de São Paulo deu e que nós fomos obrigados a também dar...

O SR. VALDIR ROSSONI - Não, e nem eu falei que há isenção de produtos agrícolas.

O SR. HERON ARZUA - Não, estamos falando dos fertilizantes. Na verdade, foi uma técnica de deferimento, você apenas posterga a incidência de imposto de uma etapa para outra. O que São Paulo fez, nós fizemos. Pelo menos estamos tentando, porque efetivamente o Paraná não tem cacife para acompanhar São Paulo, nós tivemos uma arrecadação esse mês passado de 44 bilhões, São Paulo teve de 200 bilhões, ele é mais do que a somatória de todos os Estados da

Federação. Então, se há um Estado que pode fazer as coisas é São Paulo.

Agora, com relação as outras duas preocupações, propostas para a Assembleia Legislativa, entendo eu, se faz através de Mensagem de Lei, de Projeto de Lei do Governador; não de estudos encaminhados por Secretários, eu, Dr. Passos, seja lá quem for, sugerindo ou propondo alguma coisa, por enquanto não passa de uma proposta para discussão. Os Deputados, eu acho que não há nada de mais que um Secretário proponha alguma coisa e levante um assunto, ele precisa de dinheiro para financiar habitações populares, ocorreu na idéia dele, da equipe dele, que um aumento de ICMS daria dois bilhões por mês. Agora, intenção do Governo, do Poder Executivo, se manifesta através de mensagem do Projeto de Lei, se isso não está no Projeto de Diretrizes Orçamentárias, é porque não é pensamento do Governo, pelo menos em seguida.

Quanto à questão que o Senhor falou da incidência do ICM nas vendas a prazo, me parece que foi isso, no ano passado a Assembleia aprovou um projeto dessa natureza e o Governador do Estado vetou. Nós estamos reestudando este assunto, porque há uma proposta do Estado de Pernambuco para a próxima reunião do CONFACE, que é aquele órgão burocrático dos Secretários da Fazenda, para que seja aprovado a nível do Brasil inteiro. Eu não tenho condições de responder o prejuízo financeiro que isso causa, porque, veja bem, as grandes organizações já têm instituições financeiras e portanto não pagam ICMS, elas têm as próprias financeiras, as pequenas não pagam, ou porque não dão nota fiscal, ou porque utilizam o sistema cheque pré-datado, e mesmo porque há uma proposta do Governo de insenção completa. Então, nós ficaríamos aí num intermediário de pequenas e médias lojas comerciais que não são nem microempresas, e não são grandes empresas. Então, isso é que nós estamos estudando, inclusive o que representa isso em termos financeiros e se isso efetivamente representaria um benefício para o real contribuinte do imposto, que é a população que paga imposto no seu preço, porque se for apenas para outorgar um benefício sem que isso não seja passado ao verdadeiro contribuinte, porque os contribuintes de direito, os produtores, os comerciantes, industriais, em verdade são meros arrecadadores, eles tiram de quem compra e passam isso para o Estado, são agentes arrecadadores do Estado. Então, isso é um problema que tem que ser dimensionado, a Assembleia, por iniciativa da própria Assembleia, fez um projeto que foi vetado no Governo passado. Eu não tenho uma posição definida porque eu preciso medir, primeiro o quanto, segundo isso só seria efetivo se o Brasil inteiro

adotar, se nós adotarmos, São Paulo não fizer, Santa Catarina não prosseguir a medida fica um pouco desvinculada; mesmo porque hoje em dia por exemplo a alíquota em São Paulo, com quem nós temos fronteira, já é 1% mais caro que o Paraná. Então, isso é uma proposta, que inclusive eu convidei os Senhores Deputados a pensarem nisso, se seria razoável se retirar o ICM das vendas a prazo das pequenas e médias empresas.

O SR. VALDIR ROSSONI - Nós então vamos discutir o programa habitacional do Governo do Estado, que veio ontem a esta Casa com todas as pompas de um excelente programa, só que este programa só poderá ser implantado a partir do ano que vem, daqui a dois anos, não nesse, nem no outro, no próximo, porque não está na LDO deste ano, então não poderá ser aumentada a cota?

O SR. HERON ARZUA - Não, não é isso, o que não pode é aumentar a alíquota, fazer o programa pode.

O SR. VALDIR ROSSONI - Mas sem o aumento do ICM?

O SR. HERON ARZUA - Sim, sem o aumento do ICM, é o que eu disse, se isso for prioridade do Governo, o que vai se fazer? Vai se pegar o montante da arrecadação quanto é que se precisa disto, quais as fontes alternativas, Caixa Econômica, financiamento, quanto é que entra o Estado, quanto é que entra a União e vamos ver o que se pode fazer em termos de financiamento.

Pessoalmente não acho certo o imposto indireto de financiar habitação popular. Embora seja o único imposto de Estado com significância.

O SR. VALDIR ROSSONI - Quero que o Senhor se some a todos nós, paranaenses, industriais, Deputados, e que não seja aumentado o imposto, que fique neste pensamento. Espero que o Senhor não mude de opinião, porque realmente estamos sobrecarregando a sociedade de impostos. Ontem ainda, um instituto fez uma pesquisa nos produtos agrícolas e incide sobre o produto final do produto agrícola em trinta e poucos por cento de impostos. Acho que temos que criar mecanismos para que não sejam aumentados os impostos e para que a indústria, o comércio e a sociedade paranaense tenham um progresso relativo e não sejam sobrecarregados de forma demasiada com impostos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Cezar Silvestri com a palavra.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Secretário Heron Arzua, queria comunicar-lhe que exatamente este projeto de ICMS sobre as vendas a prazo, sobre os juros, já apresentamos aqui na Assembléia e está tramitando nas comissões. Só que acredito que a sua preocupação do fato do Paraná fazer esta concessão, não traria prejuízo para o Paraná.

O Senhor falou de Pernambuco; gostaria de lhe comunicar que Espírito Santo já adotou este sistema. Santa Catarina também.

Com relação à esta preocupação de medidas unilaterais de outros Estados, a questão dos fertilizantes que o Deputado Valdir Rossoni falou, a questão dos defensivos agrícolas, ficamos sabendo que São Paulo está propondo a isenção do ICMS sobre os produtos agrícolas.

Acreditamos que cabe um movimento político dos Secretários de Fazenda de todos os Estados e dos Governadores de outros Estados, porque não passa de uma armadilha do Governo de São Paulo. São Paulo é exportador de matérias primas e está usando este artifício porque o prejuízo é muito pequeno. Na verdade ele não isentou em São Paulo, ele fez um deferimento. No momento em que a matéria prima sai de seu Estado, ele recebe os 12% de ICM. Todos os Estados, inclusive o Paraná, os produtores rurais do Paraná, estão perdendo o poder de competição. Acredito então que cabe realmente um movimento político dos Secretários de Fazenda dos Estados e dos Governadores, junto ao CONFAZ, coibindo este tipo de atitude do Estado de São Paulo.

O SR. HERON ARZUA - O que posso dizer é que estamos caminhando perigosamente outra vez para o que o Dr. Passos chamou de "guerra fiscal". Se todos os Estados começarem a dar benefícios, destruímos o sistema que foi montado em 1966 de que o Imposto de Circulação de Mercadorias devia ser o quanto possível neutro em matéria econômica. Para isto se criou o CONFAZ. Todas as isenções têm que ser uniformes etc. e tal... Existe até a Lei Complementar n° 24 que trata com muita precisão isto. Lá ela tem instrumentos de se coibir esta prática.

Ocorre que fora este decreto de deferimento em São Paulo, e fora a diminuição de alíquota de alguns produtos, máquinas e implementos agrícolas que o Paraná já tinha feito em janeiro (o Paraná diminuiu a alíquota destes produtos de 17 para 12%), São Paulo apenas acompanhou o Paraná. Não existe nenhuma outra medida do Governo de São Paulo. Mandamos buscar legislações de todos os Estados e, por enquanto, estamos a nível de discurso. Não existe nenhuma medida concreta em relação a estes incentivos.

Com relação ao ICMS da venda a prazo, sim. Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. Sendo que Rio Grande do Sul voltou atrás já no Governo passado e revogou este incentivo. Está é uma matéria que o Paraná vai ter que decidir.

É claro que hoje no Brasil está tudo complicado porque a própria Lei Complementar está sob suspeição de revogação em função do advento da Constituição de 88 e ela seria contra a autonomia dos Estados, consagrada de forma mais enfática na última Constituição. Mas são assuntos que a Secretaria da Fazenda e o Governo, como um todo, estão cuidando. Estamos, não queremos desamparar os produtores, mas sabemos que não há como o Paraná dar isenção de produtos agrícolas, nem diminuir a carga tributária porque o Paraná é um Estado agrícola, porque senão nós não vamos ter receita, não vamos ter do que cobrar, a não ser que São Paulo, por exemplo, dê o troco e nos mande automóveis também, que é o que nós compramos deles, pela metade do preço. Daí eu acho que estaria perfeito. Quer dizer, uma diminuição geral no País.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Eu concordo plenamente com o Senhor, Secretário, mas o Senhor falou que não há nenhum caso. Nós sabemos do caso dos fertilizantes, mas São Paulo aplicou também o deferimento aos defensivos, aos agrotóxicos, não somente São Paulo, o Rio Grande do Sul também, desde o ano passado, também deferiu os fertilizantes e os agrotóxicos. O que me preocupa é que, da maneira que isto vem ocorrendo, hoje se implante o contrabando do agrotóxico no Paraná. Só para que o Senhor tenha uma idéia: um produto fabricado por uma multinacional, um porta-malas cheio deste produto daria em torno de cento e cinquenta mil dólares; bastaria a pessoa ir até São Paulo, comprar este produto, colocar no porta-malas e venderia aqui com uma margem inicial de 17%. Então, essa é uma preocupação que nós temos e como o Senhor disse que não houve nenhum caso; no caso dos defensivos isso já aconteceu em São Paulo e no Rio Grande do Sul.

O SR. HERON ARZUA - Só para acertar.

O deferimento que foi dado no Paraná foi para os produtos que tenham efetiva repercussão no Paraná. Quanto ao caso dos agrotóxicos, nós temos duas empresas tão somente que tratam do assunto e estamos cuidando delas: uma é de Maringá e outra é não sei daonde. Então, não há a extensão como havia com os outros produtos que era a generalidade de interesses. Aqui no caso dos defensivos são duas empresas. Claro, nós devemos cuidar delas e estamos estudando para medir isso, porque têm muitas

coisas às quais é dada isenção lá fora e que não têm nenhuma repercussão no Estado do Paraná. Fazendo, caricaturalmente, um exemplo se a Bahia deu isenção do cacau nós até podemos dar isenção do cacau porque nós não temos cacau.

Então, esta é a questão. Nós temos que dimensionar. No caso que Vossa Excelência se referiu dos agrotóxicos nós temos duas empresas que eu até agora descobri porque elas chegavam na Secretaria da Fazenda e nós estamos cuidando deste assunto, aliás junto com elas.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Senhor Secretário, eu acho que a preocupação de Vossa Excelência é válida com relação a essas duas empresas, mas a minha preocupação é com o agricultor paranaense; ele está perdendo o poder de competição com o agricultor de São Paulo e com o agricultor do Rio Grande do Sul e o que é pior, como eu já falei, eu acredito, realmente, principalmente no Norte do Paraná, que deva se instituir o contrabando de agrotóxicos. O valor é muito representativo e os 17% como eu dei exemplo; um porta-malas cheio de um produto dar cento e cinquenta mil dólares; 17% disso o Senhor veja que vai valer mais a pena fazer contrabando de agrotóxico do que buscar mercadoria no Paraguai.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Élio Rusch com a palavra. Último Deputado inscrito.

O SR. ÉLIO RUSCH - Senhor Secretário, antes de mais nada nós gostaríamos de agradecer a presença de Vossa Excelência em vir à Assembléia Legislativa e debater, discutir conosco, Deputados, problemas inerentes ao nosso Estado.

Inicialmente, nós falamos sobre a LDO. Nós sabemos que como Parlamentares se faz necessário que quando partimos para a elaboração, o plano de Governo, para discutirmos e traçarmos a meta do nosso Estado, estejamos embasados em leis e, quando nós falamos embasados em leis, se faz necessário que nós Deputados tenhamos um mínimo de conhecimento das reais pretensões do Governo do Estado. Nós sabemos das dificuldades que atravessam todos os Estados da Federação hoje e o Estado do Paraná não é o único a ter dificuldades. Gostaríamos pelo seu gesto democrático, que o Senhor tem dito e frisado, que fornecesse, realmente, os elementos necessários solicitados pelo Relator da Comissão de Finanças e Orçamentos para que ele, realmente, possa exarar o seu Parecer e a Assembléia Legislativa possa aprovar no mais curto prazo possível a LDO, tão necessária para o Estado do Paraná. Nós sabemos que hoje, se formou também o Bloco Parla-

mentar dos Municipalistas, liderado pelo Deputado Albino Corazza Neto, a quem nós estimamos muito e a todos os Deputados que por excelência já são municipalistas e a LDO realmente mexe com a essência, com o plano, com os objetivos do nosso Estado.

Agradecemos a sua disposição e esperamos realmente que o Relator seja atendido naquilo que ele tem solicitado.

Outra pergunta, Senhor Secretário. Na verdade, seriam duas, uma já levantada pelo Deputado Rossoni, que se refere ao ICMS sobre a venda a prazo. Nós esperamos que o Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, realmente seja o defensor dos comerciantes do nosso Estado, na reunião que congrega todos os Secretários de Estados da nossa Federação, em defender essa tese realmente, que seja isentado o ICMS de venda a prazo, já que é uma bandeira hoje das associações comerciais do nosso Estado.

E por último, Senhor Secretário, nós perguntamos, talvez seja uma pergunta que tenha que ser dirigida diretamente ao Secretário da Indústria e Comércio do Estado, mas nós a fazemos a Vossa Excelência.

Existe algum projeto, algum plano, alguma intenção do atual Governo, em oferecer incentivos a indústrias que venham a se instalar em nosso Estado, a exemplo de outros Estados - se não me falha a memória, o próprio Estado do Mato Grosso - porque, se levarmos em consideração que o maior índice na formação do ICMS tanto para o município, como para o Estado, é o valor agregado e não a matéria prima.

E se faz necessário que nós tornemos o nosso Estado realmente um Estado da industrialização, beneficiando dessa forma, o nosso povo e também, principalmente, os pequenos municípios, a exemplo desses municípios que já oferecem também incentivos.

Existiria alguma possibilidade do Estado fazer um estudo de incentivar a instalação de indústrias, por exemplo, incentivando ou isentando por um período de um, cinco ou dez anos, dependendo do porte da indústria, do ICMS?

O SR. HERON ARZUA - Aí tem um poder mais alto que se levanta. O Senhor Governador é contra isso. Ele é contra financiar as empresas capitalistas com recursos tributários. Essa é uma concepção. Então, efetivamente, nós já temos dois caminhos: ou nós nos aliamos à guerra fiscal e o Paraná entra nisso, coisa que nunca fez, ou ele usa os mecanismos do CONFAZ e do Supremo Tribunal Federal, para tentar coibir incentivos dessa natureza nos outros Estados. Os dois caminhos são difíceis.

Agora, acho que o Paraná precisa meio urgente pensar, discutir o projeto de in-

dustrialização do Estado.

Inclusive, ver que tipo de indústria que nós queremos. Agora, acho muito difícil, no presente momento, com a escassez de recursos orçamentários que nós temos, com a escassez de recursos financeiros, o Estado possa abrir mão de alguma parcela para incentivar qualquer tipo de atividade que não seja uma regra universal, que não seja uma regra como, por exemplo, da microempresa que atinge todos, sem exceção, como por exemplo, não seja implementar uma idéia de dar uma dilação no prazo de pagamento do ICM para todas as indústrias, para todos os contribuintes que cumprirem certas condições, por exemplo, vou levantar aqui uma idéia.

Pegar a média dos seis últimos meses de recolhimento do ICM? Média real, e a partir daí, tudo aquilo que estiver acima da média, ele recolheria na média dentro dos prazos normais e daríamos algum tipo de favorecimento no diferencial, agora, isso para todo mundo. O que o Governador não quer, é daqueles programas típicos de acordo com empresas: fazemos um contrato, você faz isso e nós te damos o ICMS; você não paga isso, você não paga aquilo; porque a experiência brasileira mostra que nenhuma indústria se sustentou no local, se ela se instalou em determinada região única e exclusivamente por causa dos incentivos fiscais. Nenhuma delas sobrevive.

A questão mais clara que nós tivemos, foi há muitos anos atrás, porque uma enorme indústria automobilística se instalou em Pernambuco só pela isenção do ICMS, e no dia em que acabou a isenção do ICMS, ela fechou as portas, despediu os empregados e foi embora de lá.

Então, este é um assunto efetivamente muito complicado. Agora, o Paraná tem que ter uma posição a este respeito. A posição inicial é até uma posição confortável, não há recursos atualmente para dar a ninguém. Nós estamos ali não é, pagando funcionário público com despesas de custeio, muito pouco investimento.

Agora, eu concordo, se o Paraná não se industrializar, nós não temos futuro, porque é aí que vem a retribuição financeira em termos de Estado. Então, nós vamos ter que pensar e eu até convoco a Assembléia Legislativa para pensar nisto: que tipo, Senhores Deputados, que tipo de incentivo nós poderemos outorgar sem abalar a estrutura da receita, sem abalar o orçamento, sem abalar as prioridades que são do próprio Estado, como educação, saúde, saneamento, esta trilogia que nós já ouvimos falar. Então, eu acho que isto é uma proposta que depende de estudos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Satisfeito, Deputado?

Artigo 99, § 5º: "É ilícito aos Líderes, após o término dos debates, usar da palavra por cinco minutos, sem apartes".

Começo pelo PT.

O SR. ERNANI PUDELL - Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Secretários.

Nós achamos muito salutar a presença dos Senhores nesta Casa, para que se estabeleça um canal de comunicação entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo. Todavia, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, queremos dizer que, no nosso entendimento, a proposta enviada pelo Poder Executivo no que se refere às Diretrizes Gerais do Orçamento, não atende ao espírito da Lei, não atende ao espírito da Constituição Estadual. Se por um lado nós compreendemos as dificuldades de um Governo recém instalado, que aparentemente sequer conseguiu ainda dimensionar o tamanho do Estado, os problemas, as suas possibilidades, as suas dificuldades, as suas demandas; nós, por outro lado, entendemos que a Lei de Diretrizes Orçamentárias deveria pelo menos indicar quais os caminhos e qual a vontade política que este Governo tem em relação ao futuro. Digo isso porque nós não temos a mínima noção sobre o que pensa o Governo sobre a questão tributária, e nós assistimos a diversos posicionamentos, e aqui não traz nenhum caminho, nenhum indício.

Não sabemos o que o Governo pretende fazer com o funcionalismo público, não sabemos o nível de prioridades que este Governo dará aos setores sociais; a educação, a saúde; qual a preocupação do Governo do Estado, enfim, com os amplos problemas que nós temos.

Em segundo lugar, gostaríamos de dizer aqui o seguinte: com relação ao nosso questionamento do pedido de esclarecimento sobre a operação entre o Governo, DER, empreiteiras e BANESTADO, nós, data vênica, não consideramos inteligente este tipo de operação. Primeiro, porque a lei, a Constituição existe para ser cumprida. Este é o princípio da transparência. Nos parece que realizar construção de obra, sem dotação orçamentária, sem empenho, usando o Banco do Estado do Paraná como um verdadeiro "caixa 2", foge ao espírito de toda a legislação que prevê exatamente o controle da sociedade, o controle do Poder Legislativo sobre as ações do Estado. Nós sabemos que o Banco do Estado do Paraná teve a sua capacidade, talvez, de financiamento de outros programas sociais extremamente comprometida, em razão exatamente dessas operações realizadas.

O Paraná, quanto às dezenas, talvez centenas, às suas obras inacabadas, que

estão aí, o dinheiro desperdiçado - Tribunal do Juri, nós temos as duplicações de BR's que não foram concluídas - enfim, dezenas e dezenas de obras inacabadas e quantidade enorme de recursos públicos absolutamente perdidos.

Mais do que isto, nós entendemos que a Assembléia Legislativa do Paraná, não pode simplesmente, ser informada sobre as ações do Governo do Estado. Nós não podemos simplesmente dar um cheque em branco para o Governo do Estado, para que ele, "a posteriori", defina com exclusividade e sem a concorrência do Poder Legislativo, quais são as prioridades do Estado. Nós entendemos que o Poder Legislativo - e isto eu acho que é questão essencial - nós somos co-partícipes de todas as ações que o Estado há de fazer aqui. E nós temos uma profunda responsabilidade também, sobre tudo o que o Governo e o Estado fazem - o Poder Executivo.

Parece-me que a Constituição, de uma forma ampla e genérica, procurou exatamente estabelecer esta ampla participação do Poder Legislativo, a sua capacidade de acompanhar a execução dos orçamentos, principalmente um poder fiscalizador.

Então, nesse sentido, entendemos que objetivamente a proposta encaminhada à Assembléia Legislativa do Paraná não veio de encontro a esse espírito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Liderança do PFL.

(Declina).

Liderança do PL.

Com a palavra, o Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhores Secretários.

O Partido Liberal quer manifestar a sua solidariedade ao ponto de vista defendido brilhantemente pelo Relator da Comissão de Orçamento, Deputado Heinz Herwig. Sua Excelência posicionou muito bem a responsabilidade do Poder Legislativo em face da Mensagem Governamental, que não acrescenta nada àquilo que a Constituição determina.

O Secretário Arzua e o Secretário Passos tiveram nesta tarde na Assembléia Legislativa, uma missão difícil, nós reconhecemos: defender o indefensável, defender que não se deve cumprir a Constituição. Diz o Secretário Arzua que é praticamente impossível fazer uma programação orçamentária. Foi sincero dentro do seu ponto de vista, de que esta Mensagem é genérica; eu diria que esta Mensagem é juvenil.

Sua Excelência, o Senhor Secretário da Fazenda disse que se ampliou muito aquilo

que a Constituição Federal determina no seu art. 133. Mas eu quero lembrar a Sua Excelência que o Ministro Vitor Nunes Leal, em Venerando Acórdão, dizia que uma Lei Estadual pode ampliar os direitos que a Lei Federal determina, não pode é restringir esses mesmos direitos. E o Secretário Passos nos dizia que se o Senhor Governador do Estado autorizar, virão as diretrizes, os critérios, as metas e as prioridades. Esperamos que o Senhor Governador do Estado...

E tudo tem sido atípico, Senhor Secretário Arzua, neste País e neste Estado. As últimas eleições foram atípicas. Esperamos que haja, a partir de agora, um sentido sério, responsável e normal em toda a atividade, não só administrativa, mas também legislativa. Essa é a nossa preocupação, Senhores Secretários. Nós reconhecemos que Vossas Excelências foram brilhantes em defender o ponto de vista governamental, em não deixar transparecer as suas metas, as suas diretrizes e as prioridades do seu Governo.

Mas nós queremos pura e simplesmente - e isso não é pedir ao Senhor Governador e aos Senhores Secretários - que o Partido Liberal gostaria que viessem imediatamente as prioridades, as metas e as diretrizes para que nós pudéssemos, então, para que o Senhor Relator da Comissão de Orçamento pudesse dar um parecer consentâneo com a importância da Lei de Diretrizes Orçamentárias, porque se não fosse importante não estaria expressa na Constituição, se não fosse necessária a sua aprovação preliminarmente ao Plano Plurianual e à Lei Orçamentária, não estaria constando da Constituição do Estado do Paraná e nem tampouco da Constituição Federal.

Eu ainda há pouco, lendo a Constituição Federal e lendo a Mensagem do Senhor Presidente da República sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ali o Governo Federal faz uma série de prioridades e metas no setor social, no setor de educação, no setor da dívida externa, da habitação, da legislação tributária. Enfim, há um enumerado de propostas e de diretrizes respeitados pelo Governo Federal. E não é casualística essa LDO: ela é eminentemente constitucional.

O Partido Liberal, então, renovando a sua solidariedade ao trabalho, à inteligência, e principalmente ao senso de responsabilidade do Deputado Heinz Herwig, quer também pedir e agradecer a presença de Vossas Excelências neste plenário e acreditar que há um início de um diálogo permanente entre o Poder Legislativo e dizer que o nosso posicionamento é eminentemente em favor da Constituição, em favor do Poder Legislativo.

Nós representamos por termos sido

Curitiba, quinta, em 06.06.91

eleitos nas últimas eleições. Nós representamos os pensamentos, os ideais, as aspirações de nosso povo. Queremos ser o canal de comunicação entre essas aspirações e o Governo do Estado através dos Secretários de Estado. A nossa voz aqui se faz presente na defesa intransigente da Constituição e daquilo que nós gostaríamos de ver apresentado ao Plenário para que pudéssemos votar com seriedade, com responsabilidade e com conhecimento de causa e prestando também a nossa contribuição maior para que todas as metas, todas as diretrizes e todas as prioridades fossem aprovadas e depois transformadas em obras para satisfação do povo paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PRN com a palavra.

O SR. NELSON JUSTUS - Eu quero, Sr. Presidente, Srs. Secretários, nesta oportunidade cumprimentar inicialmente o Deputado Orlando Pessuti, Líder do PMDB, pela iniciativa de ter convidado para vir a esta Casa de Leis os Srs. Secretários das Finanças e do Planejamento. Por extensão, cumprimento também a ambos os Secretários pela fidalguia e pela maneira com que procuravam satisfazer os nossos anseios e as nossas dúvidas. Quero crer que de certa forma, principalmente no tocante a aspectos relacionados às finanças do nosso Estado, pudemos obter alguns esclarecimentos de real importância. No tocante a LDO, efetivamente, nós concordamos com os Deputados que aqui já se manifestaram com a dificuldade na qual nos encontramos e principalmente o Relator Heinz Herwig, para prolatar o seu Parecer e cumprir essa difícil missão.

Quero nesta oportunidade renovar também o apelo não só a Sua Excelência mas a todos os Deputados dos diferentes partidos, pertencentes ou não à Comissão de Orçamento para que juntos busquemos maiores subsídios para votarmos esta importante Lei.

Se é difícil pela atipicidade do momento para que o Governo elenque as prioridades, os objetivos, mais difícil para nós seria avaliar esta questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PDT.  
(Declina)

PSB.

Com a palavra, o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Secretários, nobres companheiros Deputados.

Acredito que a iniciativa da vinda dos

Srs. Secretários a esta Casa tenha sido bastante válida. Isto, graças à intervenção do nobre Líder do PMDB, como já disseram outros companheiros. E esperamos que, em outras oportunidades, isto aconteça também em outras áreas.

Fica a preocupação semelhante a de outros companheiros Deputados de outras agremiações políticas, no levantamento das dúvidas pelo nobre companheiro Deputado Heinz, que, ao nosso ver, trazem, ao invés de uma transparência de informações, dúvidas maiores para se fazer um trabalho tão difícil do Relator a este projeto.

Preocupa-me também e fui bastante observador em algumas declarações, quando se pretende estender a vontade política num programa de Governo, por uma campanha, onde se diz que o povo elegeu também o programa de Governo que aí está posto. Nós colocamos isso em dúvida, porque temos a certeza de que o mesmo povo que elegeu o Presidente da República, não apoia hoje o seu plano de Governo.

Temos a certeza, que aquelas declarações infelizes do Presidente da República, também hoje não encontram respaldo na sociedade brasileira.

Ficam aqui algumas indagações deste Deputado, com relação às falas, às respostas, aos questionamentos, dizendo o seguinte: levantamos isto como uma proposta quem sabe até de tentar sugerir um caminho que possa dar de fato a transparência necessária a este Parlamento ao Relator deste Projeto e a Sociedade Paranaense como um todo, que seria; o que dificulta o envio vinculado de ambas LDO e o Plano de Orçamento Plurianual, mesmo com alguns dados que nós sabemos, não poderão ser extremamente corretos. Porque desvinculá-las, se juntas dariam uma maior clareza às ações da iniciativa de aplicação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias do Paraná.

Estas são as dúvidas e nós não podemos deixar de registrar que fica a nossa preocupação de fato, na exequibilidade de tal iniciativa, quando tantas dúvidas surgiram e se não forem elucidadas dentro em breve, até o relato, e esse projeto tramitar na Casa, obviamente difícil é dar apoio a essa iniciativa, mesmo com a vinda, que nós achamos bastante viável e brilhante dos nobres Senhores Secretários.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PSDB com a palavra. Deputado Heinz Herwig.

O SR. HEINZ HERWIG - Eu gostaria de agradecer também aos ilustres Secretários expondo aqui a nós, qual foi o espírito que norteou o envio a esta Casa da LDO no Estado do Paraná. Claro que continuamos

com uma série de dúvidas ainda, que esperamos que sejam esclarecidas ao longo dos contatos que vamos procurar ter com a Bancada do PMDB, com os seus ilustres Secretários, para que a gente possa cumprir o nosso dever de relatar a LDO de 1992.

Eu acho que é muito importante os esclarecimentos, alguns foram feitos, outras dúvidas ainda nós temos, mas eu tenho certeza, que ao longo dessas conversas que nós pretendemos ter com os ilustres Secretários, nós possamos ter os elementos que ainda faltam para que nós possamos relatar essa LDO. Muito Obrigado por essas informações, eu tenho certeza, que não são assuntos minuciosos que nós queremos. Eu acho que entre o genérico e o minucioso, existe um longo caminho que pode ser percorrido tranquilamente entre o Governo e essa Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) PTB com a palavra.

(Declina).

PMDB com a palavra, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários, demais assessores que aqui se encontram.

Eu entendo que o primeiro passo para a grande caminhada foi dado, não apenas hoje, mas no dia 15 de abril, quando a Lei de Diretrizes Orçamentárias chegou a esta Casa de Leis. Posteriormente ao dia 15 de abril, discussões muitas já houveram acerca desta, que é sem sombra de dúvidas, uma lei de grande importância para o Estado do Paraná, não só para o Poder Executivo, mas também para o Poder Legislativo deste Estado.

Desde o dia 15 de abril, quando a lei chegou a esta Casa e nós, rapidamente folheando e lendo o que estava escrito, sentimos que dúvidas haveriam de surgir para os Senhores Parlamentares, porque a nós, elas também se apresentaram. A forma genérica, aqui relatada por todos e admitida pelos Senhores Secretários foi de pronto evidenciada. E naquele mesmo dia nós já dizíamos aos Senhores Secretários que aqui deveriam comparecer, oportunamente, para esclarecer acerca das intenções do Governo com a lei que estava dando entrada na Casa.

Evidente que ao se aproximar o prazo final para que votemos esta lei, as preocupações foram aumentando, e na semana passada, conforme já anunciamos neste Plenário, quando na companhia de Sua Excelência, o Presidente Anibal Khury estivemos com o Governador Roberto Requião, a ele colocamos as nossas preocupações e de pronto ajustou-se o convite para que os Secretários Carlos Arthur e Heron Arzua

aqui comparecessem para esta que nós podemos até admitir, ser a primeira reunião daquelas que porventura tenhamos necessidade de fazer, para que possamos esclarecer a plenitude das dúvidas que se apresentam hoje.

O Deputado Heinz Herwig nos coloca a intenção que tem em manter contato com as Secretarias, com esta Liderança, e nós estamos prontos, Deputado, para junto com Vossa Excelência e com todos aqueles que queiram, realmente, discutir a LDO, para juntos buscarmos as informações que se fazem necessárias para que todos possamos fazer o juízo definitivo a cerca deste assunto que é importantíssimo. Tão importante quanto será a discussão e votação da peça orçamentária, a qual estará entre nós a partir do mês de setembro, deste ano.

Portanto, nos colocamos à inteira disposição para fazermos, neste assunto, o que fizemos quando da discussão da criação da Secretaria de Justiça e Cidadania, quando em reunião da Comissão de Constituição e Justiça, com a presença de perto de trinta Senhores Deputados, o Senhor Secretário Goyá Campos esclareceu as dúvidas, esclareceu, enfim, todos os pontos daquela Mensagem que tramitava.

Se porventura até chegarmos à hora da votação sentirmos necessidade de uma nova conversa, eu tenho certeza de que os Secretários aqui estarão, como estiveram hoje, para juntos, nós buscarmos o encaminhamento definitivo que pretendemos, para esta lei, que sem sombra de dúvida, é muito importante. E os Senhores Deputados sabem que nós temos que discuti-las em profundidade, para que na ocasião do Orçamento, as coisas fiquem mais fáceis do que se nós não discutirmos tudo o que temos que discutir, neste momento.

Agradeço em nome da Bancada do PMDB, da Liderança do Governo, a presença de todos os Senhores Deputados. É evidente que nem todos puderam comparecer por motivos de viagem e outros compromissos assumidos. E agradeço ao Presidente Anibal, por ter propiciado, juntamente aos integrantes da Mesa Executiva desta Casa, a oportunidade para que tivéssemos uma sessão inteira deste Poder, dedicada à discussão desta matéria e a esclarecimentos outros que se faziam necessários, a este Plenário. Agradecemos ao Secretário Heron Arzua e sua equipe, ao Secretário Carlos Arthur e sua equipe. E esperamos revê-los brevemente aqui na Casa, para mais esclarecimentos, a fim de que possamos votar uma lei que seja do entendimento, do agrado, e dentro do interesse do Governo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Secretário Krüger Passos para a despedida final.

O SR. CARLOS ARTHUR K. PASSOS - Inicialmente, eu queria simplesmente agradecer aos Senhores Deputados sobretudo pela elegância com a forma pelo qual nos receberam e travaram conosco este debate, este diálogo, e deixar claro de que estamos à disposição de todos para renovar quantas vezes forem necessárias a nossa vinda aqui.

É intenção desse Governo, e não vamos nos furtar a isso, trazer as informações que forem necessárias. Apenas, já que os Senhores são homens que estão militando na área das leis, pessoalmente aí, como pessoa, como profissional que sou e estudioso das questões nacionais, acredito mesmo e é o único ponto que eu concedo, que há uma desconformidade constitucional no que diz respeito aos primeiros anos de uma nova gestão governamental, cuja primeira obrigação, do ponto de vista constitucional de apresentar o seu programa, evidentemente é no momento de apresentar o próprio plano. Então, há um período de formação das considerações básicas de gestão da coisa pública, que é a capacidade de meios, que é a capacidade de mobilizar os recursos humanos, materiais, organizacionais enfim dos aparatos do Estado, que são sem dúvida o organismo mais complexo foi colocá-lo no mês de setembro. Eu acho isso uma sábia orientação, mas acho que poderemos rediscuti-la. Então, eu gostaria de trazer essa manifestação absolutamente pessoal minha, de que nos primeiros anos possa ocorrer essa diferença no entendimento entre as LDO, possíveis, possíveis porque sérias, certo; e eu acredito sinceramente aos Srs. Deputados que essa que nós mandamos, assim o é, e merece a atenção dos Senhores nesse sentido. E a possibilidade de que o delineamento dessas prioridades sejam maduramente apresentadas aos Senhores quando da apresentação da lei orçamentária com base nessas diretrizes, e do plano de Governo. Quer dizer, todos os demais anos, obviamente que a LDO, a mensagem de LDO já deverá constar com a orientação, que está prevista no plano que os Senhores irão aprovar. Então, isso é uma manifestação pessoal e obviamente do ponto de vista das informações eu não tenho dúvidas que é uma orientação do Governador de que os Senhores terão toda uma legislatura com o máximo de informações, com grau de transparência, acredito, inédita na vida dos paranaenses.

Agradeço mais uma vez a atenção, me coloco à disposição dos Senhores para quaisquer outras informações adicionais aqui em Plenário, ou fora dele.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Secretário Arzua.

O SR. HERON ARZUA - Eu só quero agradecer também a minha participação aqui no debate com a Assembléia, dizer que eu sempre fui acostumado com esse tipo de debate, até por origem de profissão, portanto me sinto perfeitamente à vontade, para discutir todos esses temas, tais como esse que o Deputado Colombino Grassano pôs, do voto por exemplo do Ministro Vitor Nunes Leal, isso me atrai muito. E dizer o seguinte, que a Secretaria da Fazenda está à disposição dos Senhores. Eu já tinha combinado com o Líder do PMDB, não há qualquer necessidade de prévia marcação de audiência, de qualquer coisa, não faz parte do meu hábito de ser essas questões formais, eu terei o máximo prazer de sempre que estiver lá e sempre que possível atendê-los a hora que for necessário e com tudo aquilo que eu puder, que estiver ao meu alcance; evidente que muita coisa não está ao meu alcance, até por deficiências de conhecimento das coisas, e aí nessas deficiências eu envoco até a sapiência dos próprios Deputados, que são os legítimos representantes da sociedade paranaense, que conhecem os problemas da realidade muito mais do que nós, problema tributário por exemplo ele nasce do fato, das relações lá no Interior do contribuinte. Nós aqui no gabinete da Secretaria da Fazenda, e temos a opinião só da equipe fazendária, nós temos às vezes dificuldades em efetivamente saber o que está acontecendo. Acho que os Senhores são aquelas pessoas que sabem destas coisas. Então pedimos até a ajuda nestas questões. Como aquelas que o Deputado levantou dos defensivos agrícolas. Vamos conversar. Vamos lá ver o que se pode fazer. Vamos nos certificar. Porque a gente não sabe tudo e nem tem condições. Nem somos donos da verdade. Estamos abertos ao diálogo, na hora que os Senhores quiserem. Formal ou informalmente eu

debato, discuto com os Senhores naquilo que eu souber e puder ajudar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agradeço a presença dos Secretários Heron Arzua e Carlos Arthur Krüger Passos neste recinto, nesta sessão plenária demonstrando, ambos, um elevado grau democrático. Representantes do Governo do Estado das Pastas talvez as mais importantes do Executivo. Esta Casa tem demonstrado, desde que assumiu o novo Governador, que não há prevenção nenhuma contra o Poder Executivo Estadual e não se faz oposição simplesmente pelo prazer de se fazer oposição.

Tanto assim é verdade que praticamente todas as mensagens que o Governador enviou a esta Casa, foram aprovadas. Por isto mesmo V.Exas., Senhores Secretários, terão a garantia de que a Lei de Diretrizes Orçamentárias estará em boas mãos, principalmente em relação ao Relator, que é um homem estudioso, já foi Secretário de Estado e pelas demais comissões, a Comissão de Justiça, Comissão de Orçamento, Comissão de Finanças.

Enfim, Senhores Secretários, tenham a absoluta convicção de que a Assembléia, através de suas Lideranças, fará contato com as Secretarias para que se produza uma lei que represente os interesses do Paraná.

Agradeço a presença de V.Exas. mais uma vez e a certeza de que vamos nos entender.

Está encerrada a sessão. Fica marcada outra para segunda-feira, à Hora Regimental, com a mesma Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.